



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano XI - Nº 3316 Quinta - feira, 25 de Setembro de 2014.

Poder Executivo

Retificação de Portaria

Resolução



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
ESTADO DE MATO GROSSO

PGM/2014/R562

RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 17.208, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.
Designa o retorno da Servidora MARIA CRISTINA DA SILVA VILELA para o exercício de suas funções que se encontrava cedida para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e dá outras providências.

onde – lê:

Art. 1º Designar o retorno da Servidora MARIA CRISTINA DA SILVA VILELA (Docente da Educação Infantil – Matrícula nº 17965-1), ao exercício das suas funções, que se encontrava cedida para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme Portaria n.º 16.545, de 13 de março de 2014.

Leia – se:

Art. 2º Designar o retorno da Servidora MARIA CRISTIANA DA SILVA VILELA (Docente da Educação Infantil – Matrícula nº 17965-1), ao exercício das suas funções, que se encontrava cedida para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme Portaria n.º 16.545, de 13 de março de 2014.

Por ser esta a expressão da verdade firmo o presente.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO JURÍDICO LEGISLATIVO
Rondonópolis, 25 de setembro de 2014;
99ª da Fundação e 60ª da Emancipação Política.

POLIANA SANTANA BRANCO
ASSESSORA LEGISLATIVA.

Registrada na Coordenadoria de
Acompanhamento Jurídico Legislativo
e Publicada no DIORONDON

Av. Duque de Caxias, 526 – Bairro Vila Aurora – Fone/Fax (66) 3411-3500 – Cep. 78.740-100 – Rondonópolis-MT



Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 – Jardim Marialva – CEP 78720-290
Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J.03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

RESOLUÇÃO Nº 053/2014

Resolve designar os Srs. Jorclon Gobbis Gonçalves de Araújo, Noelia de Souza Rocha, Ana Paula Souza Santos Reis, Maria Lurdismar Bezerra Gonçalves e Heliomar Cardoso, como Fiscais de Contratos, como segue.

Os senhores EDUARDO WEGERT DUARTE e JOSÉ CLAUDIO DE MELO, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro da CODER-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS, no uso das atribuições legais e regulamentares, considerando o disposto no artigo 173 § 1º, I e II e artigo 37, II, da Constituição Federal, artigo 13 do Estatuto Social e as demais normas aplicáveis, resolvem:

Art. 1º - Designar o Sr. Jorclon Gobbis Gonçalves de Araújo, para fiscalizar os contratos abaixo relacionados.

Nº do Contrato	Empresa	Modalidade Licitatória
034/2014	EPI MT Com. De Ferramentas e Equip. de Proteção Ltda - ME	Tomada de Preço
035/2014	Posto 10 Limitada	Pregão Presencial – Tipo Menor Preço
037/2014	SM Giustti de Arruda e Cia Ltda -	Pregão Presencial -
038/2014	V.C.O. Camargo & Camargo Ltda – ME -	Pregão Presencial -
040/2014	R. Merlim Rocha da Silva - ME	Pregão Presencial – Tipo Menor Preço.
041/2014	Damasceno – Comércio de Materiais para a Construção Ltda	Pregão Presencial Tipo Menor Preço

Página 1 de 5

Expediente

Prefeito de Rondonópolis

Vice Prefeito	PERCIVAL SANTOS MUNIZ
Secretário de Governo	JOSÉ ROGÉRIO SALLES
Procurador Geral do Município	Eduardo Wegert Duarte
Secretário de Administração	Fabício Miguel Correa
Secretário de Planejamento e Coordenação Geral	Adnan José Zagatto
Secretário de Finanças	Valdecir Feltrin
Secretário de Receita	Jamilio Adonizino de Souza
Secretário de Transporte, Trânsito	Valdecir Feltrin
Secretário de Habitação e Urbanismo	Argemiro José Ferreira de Souza
Secretário de Infraestrutura	Roberto Carlos Correa de Carvalho
Secretária Chefe de Gabinete de Desenvolvimento Econômico	Melquiades da Silva Neto
Secretário de Meio Ambiente	Stefânia Scapin Pasqualotto
Secretaria de Educação	Lindomar Alves
Secretaria de Saúde	Ana Carla Borges Leal Muniz
Secretário de Promoção e Assistência Social	Marildes Ferreira do Rego
Secretário de Esporte e Lazer	Mohamed Khalil Zaher
Secretário de Cultura	Sidnei Fernandes
Diretor Executivo Impro	Luciano Carneiro Alves
Diretor Executivo Serv Saúde	Josemar Ramiro
Diretor SANEAR	Vilmonides Aprigio
Diretor CODER	Themis de Oliveira
Editora DIORONDON	Eduardo Wegert Duarte
	Bethânia dos Santos Rezende

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Procuradoria Geral do Município
Diário Oficial
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br



Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
 Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 – Jardim Marialva – CEP 78720-290
 Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J.03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

046/2014	Damasceno – Comércio de Materiais para a Construção Ltda -	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
048/2014	Damasceno Comercio de Materiais para a Construção Ltda -	Pregão Presencial Tipo Preço

Art. 2º - Designar a Srª Andreany Olazar do Prado , para fiscalizar os contratos abaixo relacionados.

020/2013	G D de Mendonça ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
021/2013	G D de Mendonça ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
031/2014	Carlos Bento de Amorim	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
032/2014	Valdemar Ramalho	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
096/2013	Denilson de Oliveira Graciano	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
097/2013	G D de Mendonça M - E	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
033/2013	G D de Mendonça ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
009/2014	Carlos Bento de Amorim	Concorrência Pública Tipo Menor Preço

J. S.

ef.



Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
 Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 – Jardim Marialva – CEP 78720-290
 Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J.03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

Art. 3º - Designar a Srª Ana Paula Souza Santos Reis, para fiscalizar os contratos abaixo relacionados:

035/2013	Hérica Pimenta Redlinski	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
090/2013	Suahi Rodrigues dos Santos	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
091/2013	Antônio Nunes Moreira	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
098/2013	Nilton Garcia Duarte	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
101/2013	Nilson Ferreira Leite	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
018/2014	José Bonifácio de Mendonça	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
047/2014	E L J – Pires Construções ME	Pregão Presencial Tipo Menor Preço

Art. 4º - Designar a Sr.ª Maria Lurdismar Bezerra Gonçalves, para fiscalizar os contratos abaixo relacionados:

102/2013	J G D de Lima – ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
----------	--------------------	--



Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
 Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 – Jardim Marialva – CEP 78720-290
 Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J.03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

103/2013	G D de Mendonça – ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
106/2013	Transportes Tenório Ltda - ME	Concorrência Pública Tipo Menor Preço
028/2014	Hidroiron Comercio Ltda.	Tomada de Preço Tipo Menor Preço
029/2014	Aconchego Restaurante e Marmitaria - Marmitex	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
036/2014	Parati Lubrificantes e Ferramentas Ltda EPP	Pregão Presencial

Art. 5º - Designar o Srº Heliomar Cardoso, para fiscalizar os contratos abaixo relacionados:

030/2014	Andreia Rodrigues Neves – Micro Empresa Individual	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
033/2014	Parati Lubrificantes e Ferramentas Ltda – EPP-	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
039/2014	Comercial José Barriga de Combustível – Ltda	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
042/2014	Aloisio Borges de Farias - ME.	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
043/2014	Walmir Alves Aguiar – ME	Pregão Presencial - Tipo Menor Preço



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



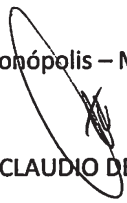
Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 – Jardim Marialva – CEP 78720-290
Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J.03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

044/2014	Rondiesel - Peças e Serviços	Pregão Presencial Tipo Menor Preço
045/2014	J Sodré dos Santos Silva	Pregão Presencial Tipo Menor Preço

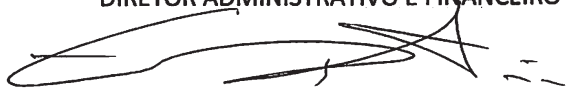
Art. 6º - Esta resolução entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos em 01/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se;

Rondonópolis – MT, 15 de Setembro de 2014.


JOSÉ CLAUDIO DE MELO

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO


EDUARDO WEIGERT DUARTE

DIRETOR PRESIDENTE


Dr. DAILSON NUNIS,

ASSESSOR JURÍDICO



**SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE
RONDONÓPOLIS**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
“CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2014”

OBJETO “CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, conforme neste Edital estipulado, de UM ESPAÇO DE 30 (TRINTA) METROS QUADRADOS NA ÁREA INTERNA DO POÇO TUBULAR – P 30 – JARDIM ATLÂNTICO, LOCALIZADO NA AV. ALAMEDA DAS MARGARIDAS ESQUINA COM AV. TADEU ORCHEL, PARA DISPOSIÇÃO DE 01 (UMA) PLACA DE PUBLICIDADE.” O SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS, deste Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, localizada a Avenida José de Alencar esquina com a Rua Rio Branco, s/n. Bairro Monte Líbano, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Diretor Geral, através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizou a análise da documentação apresentada, e considerou habilitada, classificada e vencedora a empresa V. S de Souza & Cia Ltda., que apresentou proposta no valor de R\$ 170,00 (Cento e setenta reais) mensais.

Rondonópolis - MT, 26 de setembro de 2014



Hermes Ávila de Castro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



**SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE
RONDONÓPOLIS**

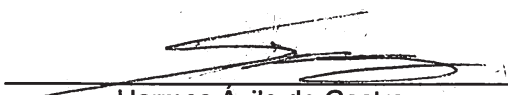
**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 004/2014**

O SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, localizada a Av. José de Alencar esquina com a Rua Rio Branco, Bairro Monte Líbano, torna público, através de sua Comissão Permanente de Licitação, que devido a necessidade de readequação de planilhas, adiará a licitação em epígrafe para as **8:00 horas**, horário de Mato Grosso, do dia **15 de outubro de 2014**, na sala de licitações do SANEAR, respectivamente, para a execução do seguinte objeto:

“CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO EM COLETA E ANÁLISES DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430/2011, PARA O CONTROLE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS EFLUENTES DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES E COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.”

Maiores informações serão prestadas pelo telefone (66) 3410-0441.

Rondonópolis - MT, 25 de setembro de 2014


Hermes Ávila de Castro
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



AVISO DE ERRATA

O **SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis**, Autarquia Municipal criada pela Lei Municipal nº 3.221 de 10/03/2000, localizada a Rua José de Alencar, s/n, Monte Líbano / Rondonópolis | MT | CEP 78.710-270, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica para conhecimento de todos os interessados a ERRATA do Edital de Licitação TP N° 004/2014:

No Item 4.3, onde se lê:

...“ A presente licitação tem o custo estimado global de R\$ 109.371,00 (Cento e nove mil trezentos setenta e um reais)”

Leia-se:

...“ A presente licitação tem o custo estimado global de R\$ 150.951,00 (Cento e cinquenta mil novecentos e cinquenta e um reais)”

Na Página 43 onde se lê:

Valor Total por Campanha (R\$) (acrescido 10% da coleta e transporte)	3.876,95
Valor Anual (R\$)	46.523,40

Leia-se:

Valor Total por Campanha (R\$) (acrescido 10% da coleta e transporte)	7.341,95
Valor Anual (R\$)	88.103,40

Na página 46 onde se lê:

Portanto o valor a ser licitado anual é de 109.371,00 (Cento e nove mil trezentos e setenta e um reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR CAMPANHA	VALOR CAMPANHA ANUAL
1.0	Amostras nas lagoas	3.876,95	46.523,40
4.0	TOTAL ANUAL		109.371,00

Leia-se:

Portanto o valor a ser licitado anual é de 150.951,00 (Cento e cinquenta mil novecentos e cinquenta e um reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR CAMPANHA	VALOR CAMPANHA ANUAL
1.0	Amostras nas lagoas	7.341,95	88.103,40
4.0	TOTAL ANUAL		150.951,00



Sendo estes os esclarecimentos necessários ao cumprimento fiel dos objetivos da Licitação Tomada de Preços nº 004/2014, e permanecendo os demais dispositivos inalterados e ficando, assim, ratificado neste ato para os fins e efeitos de direito.

Permanecemos à disposição de V.S.as para quaisquer maiores esclarecimentos que se façam necessários.

Rondonópolis – MT, 25 de setembro de 2014.


Hermes Ávila de Castro
Presidente da Comissão de Licitação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

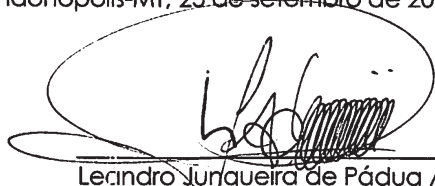
AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE N.º 09/2014.
TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará o Convite em epígrafe às 14:00 horas do dia 09 (nove) de outubro de 2014, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para a execução do seguinte objeto:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAR A OBRA DE READEQUAÇÃO ELÉTRICA DA SALA DO NO-BREAK, DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS-MT, LOCALIZADO A AVENIDA DUQUE DE CAXIAS Nº 526 NO BAIRRO VILA AURORA", CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO AO EDITAL".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT., no endereço acima citado, no horário das 13:00 às 18:00 horas, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN DRIVE ou solicitar através do e-mail licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar o edital no site da prefeitura www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 25 de setembro de 2014.

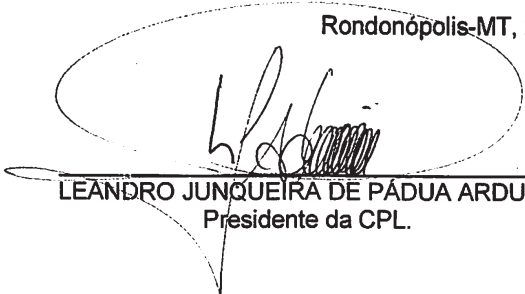

Leandro Junqueira de Pádua Arduini
Presidente da C.P. Licitação

**FIXADO EM LOCAL PÚBLICO
NO PERÍODO DE 25/09 À 09/10/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA.
CONVITE N.º 17/2014.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação supramencionada, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LICENÇAS PRÉVIAS, LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO) PARA VÁRIOS LOTEAMENTOS, OBRAS E OUTROS PROJETOS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados.

Rondonópolis-MT, 25 de setembro de 2014.



LEANDRO JUNQUEIRA DE PÁDUA ARDUINI
Presidente da CPL.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2014"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 19/2014, tendo como objeto " CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA TAIS: PROJETOS ELÉTRICO, TELEFONIA, CONCREDO ARMADO, ESTRUTURA METÁLICAS, HIDRO-SANITÁRIAS, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E URBANIZAÇÃO / PAISAGÍSTICO PARA A CONSTRUÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL DE ANIMAIS, LOCALIZADO NA AVENIDA B, QUADRA 02, LOTE 06, CHACARA GLOBO RECREIO, MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT, CONFORME PROJETO BÁSICO EM AENXO ENCAMINHADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA", que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentada pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa:

TRINDADE ENGENHARIA LTDA no valor total de R\$ 41.198,39 (quarenta e um mil cento e noventa e oito reais e trinta e nove centavos).

Rondonópolis-MT, 25 de setembro de 2014.

Leandro Junqueira de Pádua Arduini.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



Resumo de Ata de Registro de Preço nº 001/2014
Pregão Presencial: 019/2014.

Contratante: Coder Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis

Contratada: Rondiesel Peças e Serviços Ltda.

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições, contratação de hora/serviço, fornecimento de peças com vistas à manutenção corretiva, preventiva, pertencentes à frota de veículos oficiais da Coder Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis. Valor estimado mensal para os Lotes 01- R\$ 16.000,00, Lote 03- R\$ 32.000,00, Lote 04 - R\$ 104.000,00, e Lote 05- R\$ 32.000,00 : Valor mensal estimado totalizando R\$ 184.000,00 (Cento e Oitenta e Quatro Mil Reais).

Vigência: 12 (Doze meses) de 10 de Setembro de 2014 a 10 de Setembro de 2015.

Dotação Orçamentária: - Os recursos Financeiros destinados as despesas decorrentes destes contratos, são oriundos de contratos diversos firmados entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a Coder Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis.

Data de assinatura: 10 de Setembro de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 41/2014 **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Senhor **PERCIVAL SANTOS MUNIZ**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do inciso XXIII, do art. 24, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993. RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 37/2014**, com fulcro Parecer Jurídico n.º 102/2014, emitido e subscrito pelo **Dr. FABRÍCIO MIGUEL CORREA, Procurador Geral do Município**, e pela Dr^a. Cléa Renata Nogueira Pradela, Assessora jurídica da Sinfra, que autoriza a modalidade de dispensa de licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER**, Sociedade Anônima de Economia Mista, personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei Municipal n.º 523, de 08/07/77, com sede social na Avenida Doutor Paulino de Oliveira nº 1.411, Bairro Cascalhinho, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.940.848/0001-99.

OBJETO: Serviço de controle de erosão em ruas e avenidas não pavimentadas em diversos bairros, conforme consta no processo de dispensa de licitação, neste município.

VALOR TOTAL DISPENSA:

R\$ 2.393.425,00 (dois milhões trezentos e noventa e três mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município - DIORONDON**, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - DOE e no jornal de circulação local **A Tribuna**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 24 de setembro de 2014.

PERCIVAL SANTOS MUNIZ
Prefeito Municipal

ADNAN JOSÉ ZAGATTO RIBEIRO
Secretário Municipal de administração

FABRICIO MIGUEL CORREA
Procurador Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**



TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 40/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **PERCIVAL SANTOS MUNIZ**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do inciso XXIII, do art. 24, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993. RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 37/2014**, com fulcro Parecer Jurídico n.º 101/2014, emitido e subscrito pelo **Dr. FABRÍCIO MIGUEL CORREA, Procurador Geral do Município**, e pela **Dra. Cléa Renata Nogueira Pradela**, Assessora jurídica da Sinfra, que autoriza a modalidade de dispensa de licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER**, Sociedade Anônima de Economia Mista, personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei Municipal n.º 523, de 08/07/77, com sede social na Avenida Doutor Paulino de Oliveira nº 1.411, Bairro Cascalinho, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.940.848/0001-99.

OBJETO: Serviço de retirada de entulho em diversos bairros da zona urbana, neste município.

VALOR TOTAL DISPENSA:

R\$ 1.091.787,42 (um milhão noventa e um mil setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município - DIORONDON**, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - **DOE** e no jornal de circulação local **A Tribuna**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 24 de setembro de 2014.

PERCIVAL SANTOS MUNIZ
Prefeito Municipal

ADNAN JOSÉ ZAGATTO RIBEIRO
Secretário Municipal de administração

FABRICIO MIGUEL CORREA
Procurador Geral do Município

Portaria

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

PORTARIA N° 051 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o direito de transferência da Permissão para Exploração de 01(um) Estacionamento do Ponto de Táxi nº 012(Doze), localizado na Avenida Araponga, Vila Olinda, e **da outras providências.**

ARGEMIRO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, particularmente pelo Decreto nº 2.775 de 20 de Setembro de 1995, Decreto nº 2.773 de 20 de Setembro de 1995, Lei Municipal nº 655 de 16 de outubro de 1979, em seu artigo 8º, inciso I, alterada pela Lei nº 736/1980 de 22 de Outubro de 1980 e especialmente pelo § 3º do Artigo 148 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Artigo 1º De acordo com Despacho 729/2014 de 24 de Setembro de 2014 da SETRAT, após constatado a probabilidade documental exigida pela Lei 655/79 em seu artigo 4º e 11º, **decide-se pelo atendimento do requerimento sobre protocolo nº 2484/2014 de 12 de Setembro de 2014**, em cumprimento legal a Lei Municipal nº 655/79 em seu artigo 8º inciso I, (redação alterada pela Lei Municipal nº 736/80), **RESOLVE: permitir o Senhor ANTONINO APARECIDO GONSALES, portador do RG nº 140808-SSP/MT e inscrito sobre CPF nº 006.526.951-91, proprietário de 01(um) estacionamento do ponto taxi nº 012 (DOZE), a transferir o direito da permissão para exploração do serviço de Táxi em favor do Srº. MARCELO DA COSTA PINTO, portador do RG nº 1174938-5-SJ/MT e inscrito sobre o CPF nº 706.245.851-15.**

Artigo 2º O Departamento de Transporte Urbano pertencente à SETRAT, de imediato deve efetuar seu cadastro do futuro permissionário e condutor profissional autônomo e solicitar da Secretaria Municipal da Receita para expedição do Alvará de Circulação.

Artigo 3º O futuro permissionário, e condutor profissional autônomo deverão obedecer às determinações constantes do dispositivo que regulam a matéria particularmente na Lei 655/1979 (alterada pela Lei 5.070/2007), e Decreto nº 2773/1995 e Decreto nº 2775/1995.

Artigo 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Rondonópolis (MT), 24 de Setembro de 2014.
Registrada nesta Secretaria e publicada
Por afixação, no lugar público de costume.
Na data supra.

Argemiro J. F. Souza
Secretário Municipal de
Transporte e Trânsito

Argemiro José Ferreira de Souza
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

Ata do Conselho

Ata nº 01/2013 - CAE

As vinte e um dias do mês de março de dois mil e treze, às 14:25, nas dependências da Secretaria de Educação de Rondonópolis/MT reuniram-se na sala da Divisão de Alimentação Escolar os membros indicados por suas respectivas entidades para

comporem o Conselho de Alimentação Escolar - CAE para o quadriênio 2013-2016 com a finalidade de elegerem entre si o presidente e o vice-presidente. Por tratar-se da 1ª reunião deste novo Conselho a reunião foi coordenada pelo Francisco Gimenes Cordon - gerente da Divisão de Alimentação Escolar que, dando as boas vindas e agradecendo a presença de todos, esclareceu aos presentes a importância do bom funcionamento do CAE e, apesar de ser um trabalho voluntário, é necessário o empenho de cada um para que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE seja desenvolvido de maneira satisfatória, conforme as resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Em seguida, para conhecimento de todos, procedeu-se a leitura dos capítulos VII e VIII da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: Claudio dos Santos - CPF 776.814.794-49; Sidney dos Santos - CPF 362.405.751-00 titulares representantes da URAMB; Elizabet Gaspar de Oliveira CPF 517.644.829-72, Rubens de Oliveira Paulo CPF 536.054.541-00 titulares representantes do SISPUR; Marionildo Marzochi Antônio CPF 452.162.581-91, Anildo Francisco dos Anjos CPF 766.598.521-15 titulares representantes da ADESMUR; Francisco Gimenes Cordon CPF 488.247.808-06 titular representante do Poder Executivo. Além dos titulares estão presentes também os suplentes Voldin Guimarães dos Santos - CPF 012.741.681-12, Reuber Teles Medeiros - CPF 495.469.021-87 e Marcelo dos Santos Rufino - CPF 006.266.151-51 e também da nutricionista Laura Clarice Correa da Costa. Após a manifestação de vários conselheiros e da nutricionista e da troca de experiência entre si passou-se ao ato de elei-

40

ção, onde por aclamação foram eleitos por unanimidade como presidente Marconildo Marzochi Antonio e como vice presidente Claudio dos Santos. Nada mais tendo a ser tratado a reunião foi encerrada. Eu, Francisco Gimenes Cordon, lavrei a presente Ata que lida e achada de acordo segue assinada por mim e demais presentes. Francisco G. Cordon, Marconildo Marzochi Antonio, Claudio dos Santos, Reuber Teles Medeiros, Sidney Santos, Rubens de Oliveira Paulo, Elizabete P. Oliveira, Valdeir Gomes dos Santos, Manoel dos Santos Rufino, Otilio Francisco dos Anjos, Laila Elaine C. da Costa.

27

Ota. n° 066/2013

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2014, às 14 horas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação na Rua Rio Branco, 2916, bairro Santa Marta, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso reuniram-se os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, conforme o Decreto n° 6.869 desta data que designou os membros para o mandato biannual com previdido do período 09/03/2013 a 09/03/2015 para deliberarem sobre a seguinte pauta: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho CACS-FUNDEB. As 14 horas foi iniciada a reunião. A reunião foi iniciada pelo Conselho mais idoso. A pauta em apreciação e votação ficou deliberado o seguinte: foi eleito como Presidente a Prof.ª Gilda Aparecida Alves Tabares - CPF n° 522.624.641-20, Ademir Alves Obuchai - CPF n° 396.307.221-90 como Vice-Presidente, para Secretária foi indicada e eleito a Prof.ª Jacilene Santos Silva - CPF 345.534.281-7. Ficou aprovado pela unanimidade

dos Conselheiros Titulares e Suplentes
 o dia de reunião ordinária do
 Conselho para todas Terças-segun-
 das-feiras do mandato em curso
 com início às 12:30 horas, diga to-
 das Terças segundas-feiras do man-
 dato em curso: Não havendo nada
 mais a deliberar, eu Joaquim Lebr-
 es da Silva que presidei em
 Ad-Hoc, firmo o presente em tes-
 temunho da verdade.

~~Assinatura~~ Vanessa Dantas Pereira
~~Assinatura~~ Maria Lúcia da Silva.

Expansão Pereira
 Assinatura M. Assinatura Maria Apolónia de Sousa Rossetti
 António Cabral do Nascimento Rodrigues
 João João Alves Sobrinho, Paulo Sérgio Brito
 Assinatura Assinatura

Ata do Conselho

Ata da 53ª reunião do CONSEMMA. As 08hs20min do dia 13 do mês de Fevereiro de 2014 na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA deu início a 53ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presente as seguintes instituições: SEMMA, SINFRA, OAB, SANEAR, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, Polícia Militar Ambiental, UFMT, ONG AMBIENTAL, URAMB, ACIR e CLUBES DE SERVIÇOS. O Presidente Lindomar Alves agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O promotor de justiça Marcelo Caetano sugeriu que quando houver votação, que fosse constada na ata o nome das entidades que votaram favoráveis, a fim de esclarecer qualquer dúvida futura, no tocante a questão da passagem subterrânea a dúvida de redação foi sanada, e o representante dos CLUBES DE SERVIÇOS senhor Antonio Stratis disse que se a empresa executou o projeto e o mesmo não obteve êxito é sinal que o mesmo não foi bem elaborado, e que o problema não é da empresa e sim de quem elaborou. O presidente Lindomar Alves disse dos 04 (quatro) veículos, até o momento apenas 01 (um) foi empenhado, restando ainda o pagamento para posterior entrega, falou sobre a intenção de transformar o espaço que havia sido disponibilizado a rede socioambiental, em espaço para o funcionamento da FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, vez que não foi realizado pela rede de ong's nenhuma reunião no local em 2013, devendo ficar no corpo do prédio da Secretaria do Meio Ambiente apenas a parte de processos. O promotor de justiça Marcelo Caetano Vachiano informou que todas as dragas estão funcionando de maneira irregular, ou seja, sem a devida licença ambiental, disse que foi feito um pedido de audiência pelos donos de draga, e que não havia ainda dado uma resposta sobre o atendimento ou não, no tocante a viabilizar um lugar adequado para o funcionamento, tendo dito que não há parte do poder judiciário a intenção de se fechar às dragas de extração de areia, porém o que a lei estabelece terá que ser cumprido, caso seja feita à audiência e em havendo prazo e o mesmo não sendo cumprido não haverá outra saída senão propor o fechamento das dragas irregulares. Quanto à invasão da Área de Preservação Permanente – APP por parte do **BIG MASTER** disse da importância da empresa para cidade, mais que ela deve cumprir a lei, devido à ocupação irregular e a não recuperação da área degradada invadida. O promotor de justiça comunicou que em audiência judicial coletiva foram oferecidas casas para quarenta e sete (47) famílias que estavam em área de APP, e que dado o prazo de comparecimento na Secretaria Municipal de Habitação apenas uma (01) dessas famílias esteve por lá e apresentou os documentos legais com fins de que seja contemplada com casa, disse que na próxima semana o MPE dará sequência ao trabalho visando à desocupação das APP's por parte de tais pessoas, o que haverá grande repercussão perante a sociedade. O Presidente Lindomar Alves falou sobre a questão do zoneamento para o setor de dragas de extração de areia, comunicando que em 2013 esteve com eles e o Prefeito onde ficou definido o trechos do mesmo, tendo o trecho 01: ficado entre a captação de água do Rio Vermelho e o início da mata aos fundos do Condomínio Terra Nova, trecho 02: margem esquerda, 200 metros abaixo da barra do Rio Jurigue e, o trecho 03: margem direita do Rio Vermelho, da barra do Rio Jurigue até a desembocadura do Rio Tadarimana. O Presidente deu início a pauta da reunião, dando a palavra para à Sargento Silvana da Polícia Militar Ambiental, a fim de informar aos conselheiros o balanço dos trabalhos desenvolvidos pela polícia ambiental durante a piracema, disse que tem dois barcos que foram reformados de acordo com a transação penal, tendo relatado os trabalhos desenvolvidos entre o mês de Novembro de 2013 à Janeiro de 2014, pois a viatura que estava em manutenção foi entregue para a corporação apenas no dia 15 de novembro de 2013. Em seguida leu um relatório de atividades operacionais da 2ª CIA/PM Ambiental, destacando alguns tópicos tais como; 92 boletins de ocorrência, 23 prisões em flagrantes, 12 apreensão de arma de fogo, 126 apreensão de munições, 56 apreensão de redes, 03 apreensão de motores, 08 apreensão de canoas, 562 quilos de pescado, além disso a sargento Silvana comunicou que todo o final de semana (sexta, sábado e domingo) a Polícia Militar Ambiental



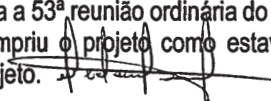
juntamente com a Polícia Militar está fazendo o patrulhamento do sossego, onde 131 pessoas foram abordadas e orientadas em relação a poluição sonora e que 16 aparelhos de som foram apreendidos, anunciou que vai começar a estiagem e que com isso aumentará o patrulhamento terrestre, disse que poderiam ter sido maior as apreensões se a caminhonete não estivesse ficado muito tempo parada, e também expôs a dificuldade da PMA em relação aos efetivos na corporação que são poucos, e que é necessário mais efetivos para que seja feito um serviço de inteligência, pois a PMA está tendo dificuldade de fazer flagrantes devido aos olheiros que informam quando eles estão fazendo rondas, informou que os índios estão trocando peixes por drogas e que a polícia prendeu um índio na Vila Canaã e que depois vários deles foram à base da PMA alterados, disse que o receio da PMA é de ter que reagir contra os índios, falou que é fundamental um trabalho de educação ambiental na aldeia, e que a pessoa para fazer esse trabalho tem, mas a dificuldade é que eles não têm nenhum apoio logístico, precisa de condução para estar indo até a aldeia e, que também existe um outro grande problema que são os brancos que aliciam os índios. O Drº Marcelo sugeriu montar uma câmara técnica para se organizar e estudar juntamente com o IBAMA e a Polícia Federal, a possibilidade de estar legalizando os índios na questão do pescado. O Presidente Lindomar Alves sugeriu a SEMMA, OAB e a PMA, membros da câmara técnica. A Sargento Silvana falou sobre uma bomba d'água que queimou em razão de uma queda de energia, e que a PMA não tem recursos/condições de estar pagando o concerto no qual o orçamento ficou R\$ 2.900,00 e a PMA só recebe uma verba para a alimentação dos policiais e que mesmo assim usou R\$ 500, 00 desse dinheiro para pagar a pessoa especializada que retirou a bomba e concluiu que a mesma havia sido queimada. O Promotor Drº Marcelo sugeriu a sargento fazer um requerimento para a Cemat, para eles cobrirem o concerto dessa bomba. O vereador Jailton parabenizou o trabalho da PMA, pois esse ano teve a oportunidade de acompanhar o trabalho e disse que nos próximos anos com o trabalho que PMA está desenvolvendo irá diminuir bem a questão das irregularidades do pescado. O MPE perguntou sobre a contratação da empresa especializada em seguro e manutenção do carro da PMA, Lindomar Alves disse não saber informar sobre o assunto, pois a viatura não esta como patrimônio da SEMMA e sim, vinculada à Prefeitura via GASP. O vice Presidente Paulo José perguntou se á alguma possibilidade da SEMMA juntamente com o MPE, desenvolver um projeto averiguando a probabilidade de a SEMMA ficar responsável pela viatura da PMA. O Presidente Lindomar Alves respondeu que até tem essa possibilidade, mais que isso é muito burocrático e leva tempo. O MPE disse que foi mandado um ofício dando 48 horas para a prefeitura resolver o problema do veículo, e que não houve retorno algum da PMA para o MPE, falou que precisa se manter informado com antecedência sobre as decisões para exigir que a prefeitura cumpra o termo de comodato e, o acordo firmado na justiça e, o que o CONSEMMA decide nas reuniões, pois em caso de não cumprimento, o MPE entrará com ação judicial contra a prefeitura. Dando seqüência a reunião, o Presidente Lindomar Alves deu início ao segundo item da pauta que é a possível extinção da SEMMA Municipal e a criação de departamento vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Diz estar desolado com os comentários que tem escutando pelos cantos e também pela mídia, mais informou que não ouviu isso diretamente do prefeito, mas mesmo assim o Presidente acredita que esses boatos possam ter algum fundamento, pois os sites publicam e ninguém da prefeitura busca desmentir tais comentários. Mostrou aos conselheiros a memória dos cálculos de ICMS ECOLÓGICO da SEFAZ/MT, conta do FUNDO DO MEIO AMBIENTE e da MIA – MULTAS POR INFRAÇÕES AMBIENTAIS provando a todos que a SEMMA é auto sustentável, mostrando sua indignação quanto a possível extinção de uma secretaria que faz com que haja o equilíbrio entre o crescimento econômico, com desenvolvimento social, cultura e ambiental. O Presidente Lindomar Alves, sente que parecem existir forças dentro do governo que querem a extinção da SEMMA e deixou bem claro que o crescimento econômico quer sufocar a questão ambiental. Falou sobre os cortes dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente onde foram extintos três

D.

núcleos, sendo eles a Educação Ambiental, Áreas verdes e Jurídico Administrativo, disse que todos eles eram e são importantes para a secretaria, mas mesmo assim teve que fazer tais sacrifícios, tendo já havido a redução de 50% dos cargos comissionados e salientou que tais redução não foi por questão política e sim econômica, explicou que se fosse questão política os cargos de núcleos não seriam eliminados. O vereador Mauro Campos concordou com o Presidente, dizendo que existe uma emborcação da parte do poder executivo, pois o poder público tem uma dívida de 40 milhões de reais. Lindomar Alves disse que não há garantia de que a Secretaria do Meio Ambiente não irá se extinguir, mas mesmo assim encaminhou um ofício para o Srº Eduardo Weigert Duarte solicitando as providências necessárias no sentido de enviar a Câmara Municipal de Rondonópolis o projeto de lei que visa à contratação por tempo determinado por meio de teste seletivo de profissionais, pois tal solicitação se faz urgente e necessária, pois os contratos ora existentes findam no dia 07/04/2014, sem que haja possibilidade legal de realização de novo aditivo, o que poderá colocar em risco o funcionamento da pasta nas áreas de fiscalização e licenciamento ambiental. O vereador Jailton falou que em nenhum local ouviu sobre a extinção da SEMMA, mas sim a adequação do secretário, afirmou que qualquer mudança será por questão política e não por incompetência do secretário. O Vice Presidente Paulo José diz não ser a pessoa adequada para fazer uma análise política, mas lembrou do último mandato do Percival alegando que o mesmo fez a mesma coisa no mandato passado, contratando várias pessoas e depois tendo que reduzir, pois o mesmo não suportou a quantidade de contratados. Disse que em momento algum o Prefeito falou para ele sobre extinguir a SEMMA, e que ele entende que esses comentários é uma forma de enfraquecer as questões políticas. O promotor Marcelo Caetano informou que foi encaminhado um ofício para o Prefeito Percival Muniz, pedindo o não fechamento da SEMMA, e disse que entende a extinção como uma forma ilegal. E comunicou que se isso ocorrer o MPE irá tomar algumas providências legais contra o fechamento e a diminuição da Secretaria do Meio Ambiente, afirmou que a secretaria não tem intenção alguma de prejudicar o poder econômico, e sim estudar uma forma para não causar grandes impactos ambientais, comunicou que o fechamento da SEMMA irá aumentar ainda mais as irregularidades das empresas. Falou da importância de um concurso público para que tenham pessoas especializadas em cada área, para que não haja interferência política nos cargos, não interferindo também na produtividade e no desempenho do servidor público. O vereador Mauro Campos disse que a preocupação da câmara é tentar falar com o Prefeito sobre a secretaria que tem sustentabilidade própria e contínua. O MPE sugeriu encaminhar um ofício no qual o Vice Presidente Paulo José ficou responsável em elaborar, encaminhando ao Prefeito relatando sobre a importância da Secretaria, suas funcionalidades, e sua auto sustentabilidade e sugeriu aos conselheiros que fizessem uma comissão para conversar e orientar o Prefeito. O Presidente Lindomar Alves pediu para o vereador Mauro Campos buscar junto ao Prefeito uma reunião com o conselho para maiores esclarecimentos sobre as questões da secretaria, entregando em mãos, documentos que comprovam a sua auto sustentabilidade e suficiência econômica. O vereador Jailton falou sobre o problema das bocas de lobo entupidas na cidade e o Presidente sugeriu que o mesmo buscasse informações no setor de contratos já que ele tem acesso aos contratos, e procurar ver as medições da cotação, para averiguar se esta sendo feito o serviço, e se não estiver comunicar o MPE. O Srº Armando conselheiro representante da ACIR informa o não interesse para continuar na câmara técnica e que o Srº Antonio Stratis e Thyago Duarte ficaram em seu lugar. No entanto ficaram como membros da câmara técnica as seguintes instituições: SANEAR, CLUBES DE SERVIÇOS e UFMT. A professora Simoni pediu para a entidade (SANEAR), encaminhar formalmente a mesma o nome do representante da câmara. A OAB solicitou o parecer técnico da existência ou não da ZUC e informou que faltam vários documentos para o término do mesmo. E em seguida o Presidente deu a palavra aos conselheiros que quisessem dar sugestões para a pauta da próxima reunião. O vereador Mauro Campos pediu informações sobre a elevatória de esgotos do

D.

Jardim Itapuã e obras do esgotamento sanitário em Rondonópolis. O Sanear ficou de trazer esclarecimentos sobre as questões dos esgotos. O MPE sugeriu a formação de um grupo de trabalho para o estudo de impacto ambientais dos empreendimentos, o Srº Antonio Stratis conselheiro representante dos Clubes de Serviços quer mais esclarecimentos sobre a existência ou não de leis que versem sobre lixeiras. Às 10 horas e 18 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a 53ª reunião ordinária do Consemma. O Srº Antônio Stratis reforça que se a empresa cumpriu o projeto como estava previsto a falha não é da empresa e sim de quem elaborou o projeto.



As 8 horas e 15 minutos do dia 13 do mês de Março de 2014 na sede da SEMMA deu início a 54ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presente as seguintes instituições: SEMMA, SINFRA, OAB, SANEAR, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, Polícia Militar Ambiental, UFMT, ONG AMBIENTAL, URAMB, ACIR e CLUBES DE SERVIÇOS. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente Lindomar Alves anunciou que a reunião com o Prefeito Percival Muniz, graças à intervenção dos conselheiros da Câmara Municipal, será na data de hoje às 10hs30min na prefeitura, após a reunião do CONSEMMA. O conselheiro vereador Mauro Campos falou sobre a importância da presença de todos os membros para tratar os assuntos questionados da reunião anterior e, disse também da dificuldade que teve de agendar uma data para a realização desta reunião. As entidades que se disponibilizaram a participar da reunião com o Prefeito foram: SEMMA, CLUBES DE SERVIÇOS, ACIR, CÂMARA MUNICIPAL, OAB, SANEAR e URAMB. O Presidente Lindomar Alves anunciou a chegada do novo veículo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e que existe insinuações sobre o destino dos veículos antigos, como se estes pudessem ser requeridos por outras pastas, em específico a Secretaria de Receita, o Presidente afirmou que não abrirá mão dos antigos veículos, pois são de uso exclusivo da SEMMA, e que eles quanto os novos veículos foram comprados com o FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FMMA através de autorização do CONSEMMA. O MPE comunicou sobre as ações contra o município, no qual se trata da necessidade de estar realizando um concurso público pela falta de servidores efetivos, anunciou que essa ação está sendo tratado pelo promotor Wagner Camilo - responsável pela Promotoria Especializada do Patrimônio Público (Improbidade Administrativa), e uma outra ação que é especificamente sobre a falta de funcionários para a Secretaria do Meio Ambiente. Disse estar sendo executado o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, e tudo depende da sentença para o MPE executar a contratação por concurso público dos fiscais para a SEMMA. O MPE falou sobre o ofício que eles encaminharam para o município querendo explicações e motivos concretos da possível extinção da SEMMA, a prefeitura enviou a resposta para o MPE, mas o MPE não ficou satisfeito com a resposta e encaminharam novamente um outro ofício solicitando mais esclarecimentos sobre o assunto. Lindomar Alves questionou sobre os contratos que estão vencendo, no dia 07 de Abril de 2014, anunciando que haverá a falta de servidores por um período indeterminado na Fiscalização e Licenciamento Ambiental. A Polícia Militar Ambiental colocou a 2ª CIA/ PMA a disposição para ajudar a SEMMA MUNICIPAL na fiscalização, durante tal período. O Presidente falou sobre a 2ª barçaça, um evento realizado no Rio Vermelho, onde disse que a cada evento percebesse um número maior de participantes, relata que as pessoas estão se preocupando mais com a questão ambiental, já a Sargento Silvana diz ter recebido uma solicitação de acompanhamento para esse evento e que a PMA perguntou para o responsável se o evento foi oficializado e exigido dos participantes os coletes salva-vidas, porém no dia o responsável descumpriu o acordo feito entre eles, que seria a cobrança do colete, então a PMA e o Corpo de Bombeiro se recusaram a acompanhar o evento, e deixa claro que o responsável pela fiscalização de cobrança de colete é da marinha, a Sargento fala sobre a necessidade da legalização deste evento e as exigências do colete para os participantes, pois a PMA não pode ser responsável se algo de errado acontecer e lembrou que neste evento há pessoas que ingerem bebida alcoólica. O Presidente informou a Sargento que é de extrema importância essa informação para ser tomado as devidas providências quanto as próximas realizações. O vereador Jailton demonstra preocupação sobre uma grande erosão próxima ao Posto Trevão, onde o mesmo possui um reservatório de óleo diesel subterrâneo onde esta armazenando uma

grande quantidade de lama devido os efluentes que descem pela margem da BR – 163, o Presidente Lindomar Alves comunica ao vereador que a equipe da Secretaria do Meio Ambiente fez o mapa completo de todas as empresas que jogam efluentes a margem da BR 163 e BR 364 e que esta concluindo este relatório, e esclarece que todas as empresas já foram notificadas e tiveram prazos para regularizarem as pendências, e como Presidente do Consemma, entende que esse problema precisa ser tratado de forma delicada e política com o Prefeito, Secretário de Infra Estrutura e DNIT, por se tratar de empresas que estão cumprindo uma função econômica e social e que também envolve questões de infra estrutura nas margens de tais BR's. Lindomar Alves demonstra também sua preocupação com a fumaça produzida pela BUNGE, comunicou que esteve na empresa e constatou que a fumaça negra está bem densa e que várias pessoas de diversas regiões da cidade estão reclamando, e anunciou que vai tomar as devidas providências, Lindomar Alves lembrou que há cinco anos atrás a cidade passou por esse mesmo problema com a empresa ADM, e que a mesma foi notificada e teve um gasto de mais ou menos 10 milhões de reais comprando e instalando filtros manga (americanos) que amenizou o problema da poluição do ar. O Presidente deu inicio a pauta da reunião, dando a palavra para o Srº Marcos Brumatti, Engenheiro e Técnico responsável pelo esclarecimento do SANEAR sobre o andamento das obras do esgotamento sanitário de Rondonópolis, as elevatórias do Jardim Itapuã e Ipanema, e como está as tratativas para a implantação do aterro sanitário, cobrança da taxa de lixo, coleta seletiva e reciclagem. Marcos Brumatti anunciou que os recursos que o Sanear gerencia. Contrato PAC 1: são construídos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), que é formado pelo orçamento fiscal de seguridade e pelo orçamento de investimento das empresas estatais federais e BNDES que é o financiamento de investimentos, com dois contratos, sendo eles: o Jardim Luz Dayara, concluída e construída com recursos do FGTS, onde deu funcionalidade a ele foi um coletor tronco ao longo do Córrego Canivete que leva o esgoto até elevatória de mesmo nome região do Jardim Assunção, e a elevatória do Jardim Ipanema com 30% de rede de esgoto construída mas não tem funcionalidade pois falta fazer a elevatória que o mesmo acredita que até o final do mês de março estará operando. O Presidente Lindomar Alves, perguntou ao Senhor Marcos, se a elevatória de esgoto no Jardim Ipanema quando concluída, vai amenizar o problema da intensidade de esgoto lançado no Rio Vermelho na Av. Ponce de Arruda, próximo ao Rio Vermelho Vivo e bairro Boa Esperança, que também somatiza com o esgoto lançado no canal que desemboca no rio, pois o mesmo comunica que o MPE e a sociedade Rondonopolitana está cobrando da SEMMA MUNICIPAL informações nesse sentido. Marcos Brumatti confirma que a pretensão do contrato é sanar esse problema do esgoto lançado no rio, e que a elevatória do Jardim Ipanema está localizada no final da Avenida Ponce de Arruda, justamente pra coletar o esgoto daquela região do Rio Vermelho Vivo. Marcos Brumatti esclarece ao MPE que teve uma redução da meta física de 24 mil metros para 13 mil metros de rede por conta da dificuldade de escavação das redes naquela região, e fica constrangido de falar que a elevatória começou no ano de 2012 e somente este ano ficara concluída. Sobre o Contrato 816 - PAC 1 - bacia B/H na região do Jardim Atlântico e Jardim Iguazu, Marcos comunica que foi cancelado o recurso porque a empresa não conseguiu fazer a elevatória, e que o SANEAR buscou reaver novamente o recurso no ano passado, onde o mesmo foi aprovado e o Sanear ira aproveitar as licitações anteriores para estar concluindo o serviço, não informando a previsão de quando. Na região próximo ao Residencial Bispo Pedro Casaldaliga, a Construtora Farias em acordo com a empresa Locatelli, concluiu com agilidade a elevatória com o recurso federal. Já a bacia A, engloba a região do Jardim Liberdade, Jardim Tropical e Conjunto São José, onde 98% das redes estão prontas e a elevatória do Nova Era já esta funcionando. Bacia C na região do Belo Horizonte com 95% das redes prontas, esta sem a elevatória, pois o esgoto vem por gravidade até a elevatória do Canaã, Bacia I com 99% das redes prontas que também não tem elevatória concluída na Vila Goulart. O MPE comunica que entraram com uma ação pedindo à fiscalização em todas as galerias de água pluvial para



identificar quem está jogando esgoto de maneira clandestina para solucionar o problema do esgoto lançado de maneira ilegal. O vereador Mauro Campos pergunta ao Diretor Técnico do SANEAR se a elevatória do Jardim Itapuã, que contempla a baixada na região da Vila Operária, está funcionando? E se o Sanear está cobrando dos moradores pelo serviço? Marcos explicou que a empresa contratada para fazer o serviço da elevatória, não conseguiu fazer a drenagem de uma mina que tem na região, e esclarece que o SANEAR não está cobrando a taxa de esgoto dos moradores. E que vai buscar junto ao corpo de engenheiros do SANEAR novas tecnologias para estar fazendo esse tipo de elevatória e, anuncia que está esperando uma estiagem de seca de uma semana para poder retomar os serviços na dita elevatória. O MPE pergunta ao Presidente sobre as construções no bairro Maria Vitorasso, pois as pessoas estão construindo sem qualquer infra-estrutura, Lindomar esclarece que eles têm licença ambiental emitida pela SEMA ESTADUAL e sobre a viabilidade do esgoto, Lindomar esclarece que o SANEAR autorizou os proprietários dos lotes fazer a fossa séptica, a SEMMA, nesse caso não pode fazer muito, pois é o projeto de saneamento não é a SEMMA MUNICIPAL quem vistoria e embarga a obra e sim a Habitação e Urbanismo, juntamente com os fiscais de Obras e Postura. Lindomar Alves deu a palavra ao Sr. Marcos Brumatti, onde o mesmo falou sobre a Bacia D/E na região do Parque Universitário e Vila Olinda, diz estar com 70% das redes pronta, onde será construído um coletor que margeia o córrego escondidinho e irá levar o esgoto diretamente à estação de tratamento. O representante do Sanear disse que o grande problema é a falta de desembolso dos recursos OGU e BNDES que não foi depositado nenhum dinheiro na conta do SANEAR pelo BNDES desde o ano de 2011. Marcos Brumatti explicou que o Sanear está devendo 6 milhões de reais para fornecedores pela falta do recurso do BNDES, e o recurso OGU, o Sanear ficou alguns meses sem receber, mas já está sendo feito a regularização do mesmo. Sobre o PAC 2 – Bacia B - que fica na região do Sítio Farias, Marcos explicou que terá uma grande elevatória abaixo do Terra Nova com um coletor tronco, margeando o rio vermelho até chegar em uma elevatória próximo ao Terra Nova, onde a mesma mandará para a elevatória do Canaã e de lá para Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, falou que a intenção é desativar a elevatória que hoje existe em frente ao Terra Nova. Bacia F - região da Vila Rica, também terá uma elevatória pra mandar para um coletor onde chegará até a estação de tratamento. O advogado Douglas quis saber do SANEAR se eles têm algum mapeamento de todos empreendimentos irregulares e acredita que o CONSEMMA precisa traçar um plano de ação em conjunto para esses problemas serem tratados com a importância que merece e não como casos isolados. Marcos esclarece que o mapeamento foi feito dos problemas antigos e que existem loteamentos aprovados sem qualquer conhecimento do SANEAR, o mesmo relata que às vezes chega loteamentos aprovados por várias instâncias só aguardando mesmo a assinatura do SANEAR. O Presidente Lindomar Alves comenta que existem pessoas que fazem discursos maldosos alegando que o poder público está burocratizando, e explica que temos lei que normatiza todo o processo e que o Plano Diretor deixa bem claro que todo o empreendedor deve buscar o estudo de viabilidade do esgoto com o SANEAR e sobre a questão ambiental junto a SEMMA MUNICIPAL e ESTADUAL, afirma que existe a pressão política e econômica, que pressiona os órgãos ao descumprimento de algumas normas. E acredita que se não houver união, à cidade continuará se desenvolvendo somente por interesse pessoal e econômico de uma minoria de pessoas, sem qualquer planejamento de ação. Mauro Campos comenta sobre os Conjuntos Habitacionais construídos e que não foram entregues para a população devido à construção sem qualquer infra-estrutura, e lembra que essas casas estão sendo depredadas e deterioradas. O MPE anuncia que entraram com algumas ações pedindo infra-estrutura para esses loteamentos irregulares e foi pedido um orçamento para o município que destinasse verba no ano de 2015 e 2016, para estruturar os mesmos, e sobre os loteamentos de empreendedores privados, o MPE anuncia que tem como entrar com ação e tomar as devidas providências antes da entrega dos loteamentos, pois tem como o MPE exigir a infra-estrutura. O vereador Mauro Campos quer saber do Sanear, como

L.

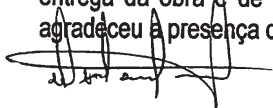
esta o andamento do projeto sobre a taxa da coleta de lixo, pois o mesmo informa que o projeto já foi aprovado pela câmara municipal e se é de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente a questão da implantação do aterro sanitário ou do Sanear. Sobre as questões do aterro sanitário, Marcos esclarece que não tem nenhuma linha de financiamento disponível para a implantação, e que no mês de Janeiro foi dada a ordem de serviço e a empresa já está mobilizada para iniciar o Plano de Saneamento, onde serão analisados as quatro vertentes de saneamento básico: água, esgoto e resíduos sólidos e drenagem urbana, anuncia que está na fase de criação de grupos de trabalho e que a empresa já veio na cidade e já tem o local definitivo para a confecção do plano de saneamento e que há necessidade de comunicar na próxima reunião do conselho de saneamento todas as informações sobre o plano, e informa que esse grupo de trabalho irá contemplar a infra-estrutura, CODER, SEMMA, Câmara Municipal e toda a sociedade. E a partir daí é que todas as outras ações irão ser efetivamente tomadas, em relação à taxa de lixo só irá ser cobrada a partir do momento que a parte do resíduo sólido estiver contemplada com o saneamento. O vereador Mauro Campos afirma que, acabando o prazo da noventena, a taxa de lixo irá ser cobrada da população pelo SANEAR mesmo sem o término do aterro sanitário e que tem coisas na gestão pública que leva tempo para executar e, que esse assunto está sendo discutido já há muito tempo e acha preocupante o SANEAR falar que agora é que vão criar os grupos de estudos para a implantação do aterro sanitário, ressalta que a população está saturada de ter que pagar taxas, mas que a câmara Municipal precisou aprovar esse projeto porque dentro da legislação o executivo precisa provar que tem sustentabilidade econômica para criar o aterro sanitário. Marcos explica que a aprovação da cobrança de taxa de lixo é importante para captar recursos, e o Plano de Saneamento também é importante para poder dar um direcionamento a todo o resíduo que a sociedade produz na cidade, relata que o aterro sanitário não é uma obra simples para se fazer e que a captação de recursos também é complicada conseguir. Lindomar Alves afirma aos conselheiros que o aterro sanitário e resíduos sólidos não são de responsabilidade da SEMMA MUNICIPAL e sim de competência exclusiva do SANEAR, pois a sociedade vem cobrando da pasta e o que pode acontecer é ela dar apoio na construção da legislação por meio do CONSEMMA. O Presidente deu por encerrada a pauta, convidando novamente o representante da SINFRAM Municipal, para próxima reunião para fazer os esclarecimentos sobre andamento das obras dos parques do Escondidinho e das Mangueiras. Os membros do CONSEMMA foram até o gabinete do prefeito, onde já estava previamente marcada uma agenda, articulada pelos vereadores Mauro Campos e Jailton. Às 10 horas e 20 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a 54ª reunião ordinária do CONSEMMA.

Às 8 horas e 23 minutos do dia 10 do mês de Abril de 2014 na sede da SEMMA deu início a 55ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presente as seguintes instituições: SEMMA, SINFRÁ, SANEAR, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, Polícia Militar Ambiental, ONG AMBIENTAL, URAMB, ACIR e CLUBES DE SERVIÇOS. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente Lindomar Alves, comunicou aos conselheiros a chegada dos três veículos novos da SEMMA, necessários na realização dos trabalhos da fiscalização e licenciamento no perímetro urbano e rural de nossa cidade, e anuncia que já esta sendo tomadas às providências quanto à documentação e o emplacements para as devidas regularizações. Lindomar Alves divulgou a todos que recebeu um memorando da parte do procurador jurídico que encaminhou para o patrimônio pedindo a transferência do veículo disponibilizado a Polícia Militar Ambiental do GASP para a SEMMA, e que já esta em mãos o termo de transferência já devidamente assinado, comentou sobre as três revisões que foram feitas na caminhonete, no qual até o determinado momento, não teriam sido pagas e, esclarece que o problema do não pagamento não é da prefeitura municipal e sim pelo fato de duas certidões da empresa estarem negativadas, mas que já estão fazendo as tratativas para positivar tais certidões, para que sejam processados os três pagamentos. O Presidente entregou para a Sargento Silvana, a cópia da apólice do seguro do veículo. Com relação à questão dos servidores da pasta, Lindomar esclarece, que reduziu o quadro de servidores, dificultando o andamento dos trabalhos de fiscalização e licenciamento, é que o mesmo e demais servidores que ficaram estão se desdobrando para atender as demandas feitas pela sociedade, inclusive tirando dinheiro do próprio bolso para pagar o salário da recepcionista, na qual o contrato da mesma venceu no dia 07 de abril deste ano, isso para manter a porta aberta e a recepção funcionando para atender a sociedade. Explicou que as tratativas para fazer o processo seletivo já estão sendo tomadas, onde a câmara já aprovou o projeto de lei 02/04/2014, para poder fazer as contratação necessárias por meio de seletivo, mas lembra que esse processo todo de seletivo até preparação dos fiscais, ira demorar mais ou menos 2 meses. O MPE anuncia que fecharam um acordo com a empresa CONCRENOP no qual fizeram a doação de 200 m³ de concreto para ser utilizado nas questões de interesse ambiental, tais como horto, praças e outros. O Presidente Lindomar Alves comenta ter levado o Professor Doutor Jeather Maciel a pedido do promotor Marcelo a uma audiência, para que seja feito o trabalho técnico e científico de mapeamento de todas as bacias hidrográficas do meio urbano da cidade e também analisar as medidas que precisam ser tomadas para a proteção das nascentes, APP,s e etc. Informa que com a ajuda do Ministério Público através do promotor de justiça Marcelo e da Juíza Ambiental Milene, conseguiram 260 mil reais para destinar a fundação UNISELVA da UFMT para estar realizando o trabalho científico, 500 mil reais para o fundo de meio ambiente para ser utilizado na aquisição da estrutura necessárias (arames, madeiras, materiais e mão-de-obra) para o feitiço do cercamento, disse que também foi feita a aquisição de uma camionete L 200 para o campus da UFMT, que servirá para levar os profissionais que irão fazer o trabalho de campo. O conselheiro Srº Armando, informa que as oficinas estão se licenciando e se adequando conforme as leis ambientais e, que acontecerá um evento no qual gostaria que todos os conselheiros fossem para prestigiar e perceber a preocupação dos donos das oficinas com a questão ambiental. O Presidente do CONSEMMA deu início a pauta da reunião, dando a palavra ao Srº Antonio Stratis, o mesmo comentou sua insatisfação, diz ter esperado uma reunião mais estruturada com o Prefeito. O vereador Jailton diz também ter esperado uma reunião mais produtiva, mas esclarece que já esperava essa reação negativa do Prefeito Percival Muniz, entende que aquela reunião serviu como um desabafo para o Prefeito. O conselheiro lembra de um projeto de cobrança de taxa, onde ocorreu um desencontro de esclarecimentos entre secretários no qual chegou até a câmara e ouve um mal entendido e os vereadores vetaram o projeto, onde o

prefeito jogou a responsabilidade do voto negativo no secretario e, aproveitou essa reunião na verdade para lavar roupa suja e mostrar quem manda. O Presidente anuncia aos conselheiros que esteve na Estação Elevatória de Esgoto, para verificar o andamento da obra, o mesmo ficou bem satisfeito e maravilhado, falou sobre a importância de todos da reunião estar visitando a ETE, ficando acordado entre eles a visita na obra no dia 17/04/2014 quinta-feira às 8:00 horas da manhã, saindo todos da sede da Secretaria. Lindomar Alves comentou sobre a FORÇA TAREFA, operação feita pela Secretaria do Meio Ambiente, em apoio com a Vigilância Sanitária e Polícia Militar Ambiental que combate à água servida e efluente lançados nas ruas e nas calçadas de nossa cidade, comunica que o trabalho esta sendo bastante satisfatórios e informa que o mesmo esta sendo realizado para o bem da sociedade, pois água que as pessoas utilizam lavando calçadas se somatizam com outros efluentes de atividades econômicas e acabam destruindo o asfalto, afetando a saúde publica e o meio ambiente. Esclareceu que a SEMMA realizou uma reunião com todos os donos de lava jatos, para prestar mais esclarecimentos de como devem agir e proceder com o processo de licenciamento, dando o prazo de 120 dias para regularizarem e anunciou para todos que a FORÇA TAREFA irá continuar o trabalho e que continuarão sendo bem rígidos com os que estão lançando efluentes nas ruas e agredindo a pavimentação de nossa cidade e qualquer outro ato que agrida o meio ambiente. Lindomar esclarece que esse trabalho esta sendo feito não só com os donos de lava jatos, mas também oficinas mecânicas e postos de combustíveis, e também orientando os donos(as) de residências que também contribuem com os danos ambientais, limpando calçadas de maneira inadequada. Dando sequência a pauta da reunião, o Presidente deu a palavra ao Srº Melchiades Neto, Secretário da SINFRA MUNICIPAL, que prestou esclarecimentos sobre as obras dos parques Escondidinho e das Mangueiras. Melchiades anunciou que a obra do Parque das Mangueiras teve inicio em 27/06/2012, executada pela empresa FRANCISCO MARINO FERNANDES & CIA LTDA. Em 04/07/2012 foi realizado uma medição referente aos serviços executados no valor de R\$ 4.226,37, relativo a 0,15% do total da obra. No dia 05/07/2012 a obra foi paralisada em virtude do período chuvoso que impede a execução de serviços de terraplanagem, e só teve a ordem de reinicio em 25/03/2013, quando já havia acabado o período chuvoso que impedia a execução. No dia 20/07/2013 foi feito um aditivo de prazo, pois a empresa estava executando os projetos quando foram constatados que no terreno a ser executada a implantação do Parque das Mangueiras existem carcaças de caminhões e carros, que impediam a limpeza da área da ampliação e que precisam ser retirados, sendo assim foi procurado o proprietário das carcaças que por sua vez providenciou a retirada dos mesmos. Contudo ainda detectado no cronograma físico financeiro um período pequeno e que se torna inexequível a implantação do parque, com isso foi feito um novo cronograma de prazo em questão, passando o cronograma de 120 dias para 240 dias. Em 07/02/2014 foi realizada uma medição referente aos serviços executados no valor de R\$ 104.291,70, um total de 3,88% do total da obra. Mediante as novas fiscalizações, foram constatados que a obra encontrasse em execução, onde esta sendo construídos os sanitários, guarita, parte do gradil e foram começadas as drenagens internas do parque das Mangueiras. O Secretario da SINFRA, questiona sobre o problema de um senhor que esta morando de maneira irregular na área, um dos motivos do não andamento da obra. O Presidente do CONSEMMA anuncia que o mesmo sabe desse senhor que invadiu e que providências por parte da SEMMA foram tomadas e se encontra para decisão no Poder Judiciário. Marcos Brumatti questiona ao Melchiades sobre os emissários existentes na região que coleta todo o esgoto da região da Vila Operária, e relata a necessidade de se ter um olhar mais crítico nos emissários. O Vice - Presidente Paulo José expõem sua critica em relação ao arquiteto que fez o projeto, dizendo que o mesmo precisa trabalhar com a realidade do local. O representante da SINFRA esclarece aos mesmos, que há uma preocupação nessa questão dos emissários, e que a idéia é deixar o corredor do emissário livre, justifica que a empresa foi à obra e que ninguém da prefeitura verificou que existia um emissário no local e anuncia que não

11

vão abrir mão da galeria, comunicou que lá existem duas quadras em cima do coletor. Sobre o parque do Escondidinho, Melchiades informou que as obras estão paralisadas a mais de um ano em função de uma falha no projeto na construção inicial na sede da administração e nos projetos das quadras poli esportivas, onde a concretagem das quadras não daria certo no terreno pelo fato do solo ser muito arenoso. Diz ter faltado uma quantidade de ferragem que não estava prevista na quadra e o engenheiro da construtora alegou que não assinaria a execução da mesma, pois o mesmo relatou que depois da execução poderiam ocorrer rachaduras. Comunicou também que na região havia 25 famílias que moravam lá, e que na gestão anterior foi acordado que a empresa poderia demolir os barracos, que a prefeitura pagaria, e o mesmo não ocorreu deixando esse impasse, onde a SINFRA juntamente com a Caixa Econômica não conseguiu dar solução para esse problema. Expõe a dificuldade em dar continuidade quando esta no estágio inicial da obra e, a única obra que eles verificaram que poderia dar continuidade seria o cercamento. Mas a empresa colocou os itens dela, do porque ela não gostaria de executar o serviço e a prefeitura assim interpretou, até porque se a empresa executasse o cercamento ela poderia não estar recebendo, pelo fato de ter medição em andamento. Melchiades comunica a todos que tiveram um aditivo de 190 mil para as obras do parque e que só esta faltando alguns documentos serem entregues para a Caixa Econômica e acredita que até o final do mês de abril irá readmitir a ordem de serviço e comunica que o cronograma para a entrega da obra é de 11 meses para ser efetuado. Às 10 horas e 30 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a 55ª reunião ordinária do CONSEMMA.



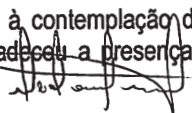
Às 8 horas e 26 minutos, do dia 08 do mês de Maio de 2014, na sede da SEMMA MUNICIPAL deu início a 56ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presentes as seguintes instituições: SEMMA, UFMT, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, OAB, Polícia Militar Ambiental, URAMB, ACIR e CLUBES DE SERVIÇOS. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente do CONSEMMA, dando sequência à reunião concedeu a palavra ao conselheiro representante da Câmara Municipal, vereador Jailton do Pesque Pague, onde o mesmo revelou sua preocupação com os efluentes lançados com frequência na margem da BR – 163 próximo ao Posto Trevão. Lindomar esclarece que não há falta de interesse por parte da Secretaria do Meio Ambiente e do comando da Polícia Militar Ambiental em resolver tais situações irregulares, explicou a falta de estrutura que no momento o órgão possui e comunica que todo o trabalho já foi feito quando o quadro de funcionários estava completo e, também que todas as empresas já foram notificadas, porém a dificuldade da secretaria é a falta de fiscais, pois a pasta tem somente um fiscal no momento, o que é impossível somente ele atender todas as denúncias de irregularidades da cidade. O Presidente questionou o vereador Jailton sobre a falta de apoio de alguns vereadores da câmara, pois depois de todo o trabalho concluído, alguns criticam o trabalho feito pela Secretaria do Meio Ambiente em conjunto com a PMA, e defende o infrator por questões políticas ou outros motivos. A PMA informa a todos sobre um ofício que a corporação recebeu do comando de Cuiabá que determina a fiscalização de dragas, lava jatos, caçambas, pet shop, passarinho, limpa fossa, ou seja, tudo que precisa ser licenciado dentro de Rondonópolis, expôs também as dificuldades da PMA com as empresas que estão ignorando as leis ambientais e, anuncia que estão dando o prazo para as devidas regularizações, caso não haja a regularização a PMA irá tomar as providências necessárias contra os infratores. A capitã disse que as pessoas não tem conscientização sobre as questões ambientais, e não acham crime certas atitudes que agredem o meio ambiente. O Presidente esclarece ao Sr. Armando que é de competência da secretaria de receita a emissão de alvará, o mesmo acredita que existe uma cultura e principalmente pressão política, onde os responsáveis pela liberação de alvará, libera para as empresas que não tem licença ambiental, Lindomar esclareceu que as leis ambientais são bem claras e que as empresas devem tirar a licença ambiental antes do alvará. E com relação a contratação dos brigadistas civis de combate ao incêndio, todos os anos a prefeitura assume os gastos com os impostos dos cidadãos para a contratação de brigadistas para fazer o serviço de combate às queimadas na cidade de Rondonópolis. Lindomar informa que é de responsabilidade do Estado de Mato Grosso a contratação desses civis, mas que o Município acaba tendo que fazer uma obrigação que é deles, através de uma parceria com o Corpo de Bombeiros mediante o envio de projeto de lei para a câmara, onde a mesma é quem aprova a contratação por interesse público, apenas na época de estiagem. O Presidente informou ainda, que a Prefeitura este ano esta com problemas econômicos e, precisa conversar com o prefeito para ver se irá ou não contratar os brigadistas neste ano de 2014. Lindomar Alves relata que o serviço público esta caminhando para a contratação, por meio da terceirização de empresas em algumas áreas. A conselheira representante da UFMT, Profª Simoni Loverde informou aos conselheiros que também irá participar do projeto em conjunto com Profª Jeater Maciel nas pesquisas técnicas e científicas de mapeamento das bacias hidrográficas de nossa cidade, anunciou que ficará responsável por alguns trabalhos, como o estudo de avaliação de impacto, caracterização da qualidade da água do Arareau, das galerias pluviais que estão lançando efluentes, o que tem de vegetação remanescente, o que precisa ser recuperado,



afirmou que esse projeto, vai possibilitar o uso de imagens de geo tecnologia sofisticada e confirma que será extremamente interessante a sua realização. Professora Simoni, informou que esta trabalhando junto aos alunos de mestrado da universidade, onde tem sido feito o mapeamento no Rio Vermelho, analisando a questão de qualidade de água, assoreamento, variação de nível hidrométrico, e acredita que até dezembro terá o diagnóstico da qualidade de água que temos. A conselheira esclareceu sobre o laboratório, que foi construído através de medida de compensação ambiental por meio de ação movida pelo Ministério Público à época pela doutora Joana, construído dentro da universidade, destinado para análise da qualidade da água, pareceres técnicos e perícias. A mesma relatou que uma das características do novo laboratório de engenharia agrícola construído e entregue recentemente, é que eles já têm os equipamentos para o funcionamento do laboratório e, a mesma diz ter recebido a dita estrutura sem equipamentos e, esclareceu que está sendo cobrada pelo não funcionamento. Ela informou que desde quando recebeu o laboratório, deixou bem claro as dificuldades e quais providências que deveriam ser tomadas, e desde então a mesma esta buscando em vários sentidos resolver o problema. Simoni relata que sabe que existem equipamentos que foi solicitado por ela na faculdade desde o mês de dezembro, mas a mesma não tem acesso devido à greve dos técnicos. Além da estruturação do laboratório ainda existe a necessidade de ter recurso para conseguir mantê-lo, comunicou que entrou em contato com a SEMA ESTADUAL em Cuiabá pra ver se seria possível coletar as amostras em Rondonópolis e, se eles processariam as amostras que não são possíveis de analisar na cidade e sim em Cuiabá, a responsável da SEMA ESTADUAL de Cuiabá explicou que tem custo para fazer as análises, porque é preciso fazer as manutenções, onde explicou sobre todo o processo no qual ela poderia estar fazendo todo o trâmite com o Ministério Público, para o mesmo custear tais despesas. Simoni relata que já teve problema com a estrutura do prédio do laboratório e que a empresa não deu garantia nenhuma do serviço, e também devido o laboratório não estar como patrimônio da Universidade começaram a surgir algumas dificuldades, onde a mesma precisa montar processo até mesmo para conseguir manter a limpeza no local. O Presidente Lindomar Alves exhibe para os conselheiros as placas de informações, que irão ser colocadas nas trilhas para os frequentadores do horto florestal, onde agradeceu pelo apoio dado por alguns empresários que estão contribuindo para a melhoria do horto. O vereador Jailton demonstrou a sua preocupação em relação à falta de hidrante na nossa cidade, o que dificulta o trabalho do corpo de bombeiro. Lindomar informou sobre um ofício recebido por parte do Sargento Antônio do corpo de bombeiro, solicitando o corte de pés de mangueira no pátio aos fundos do DNIT, a margem da BR 364, o mesmo informa aos conselheiros que tal pedido foi negado devido à falta de projeto de construção e também de documentações e, o solicitante entendeu que o Secretário estaria dificultando as coisas, sendo que o Secretário de Meio Ambiente foi até o Prefeito Percival e perguntou se no dito lugar teria algum projeto dos bombeiros em parceria com a Prefeitura? Tendo recebido a informação de que não! Na reunião ficou demonstrada a preocupação em relação as obras realizadas na ETE, pois existe um boato na cidade, de que a empresa que executou não teria recebido pelo serviço realizado, correndo o risco das obras de esgotamento sanitário da cidade serem paralisadas. O Presidente da início a pauta da reunião, dando a palavra para a Professora Simoni Loverde, representante da câmara técnica que lê o parecer a respeito do cancelamento da totalidade do Auto de Infração N° 239/2013 lavrado pela SEMMA. A câmara técnica após realizar uma análise do Auto de Infração de 29/08/2013, e dos demais documentos anexos ao processo, entende que apesar do requerente ter apresentado documentação comprobatória da limpeza do terreno da limpeza do terreno em 04/07/2013, tal limpeza ocorreram quase dois meses antes da aplicação da multa, além disso, não há no processo nenhuma prova, demonstrando que o proprietário tenha retirado a massa vegetal juntamente com a limpeza do lote, o que pode ter sido queimado e registrado pela fiscalização. Vale ressaltar que a fotografia inclusa no processo, demonstrando que o terreno foi limpo não é



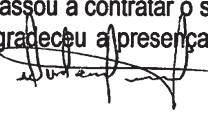
datada, o que gera dúvida sobre a época do seu registro. A fiscal Renilda Oliveira de Araújo, durante suas atividades de fiscalização assinou o Auto de Infração multando o requerente por realizar queimada urbana. A veracidade do Auto n. 236 foi confirmada pelo Sr. Lindomar Alves Secretário do Meio Ambiente de Rondonópolis, conforme consta no processo. O requerente também questionou o Parecer Fiscal Mediante Recurso assinado pelo Sr. Marcos Souza Gerente de Núcleo de Fiscalização, que no quarto parágrafo deste documento é favorável à nulidade do Auto n. 236 e na conclusão do mesmo documento, determina pela minoração da penalidade em 30% do valor da multa, porém tal fato sugere um erro material. Tomando como base a Lei Complementar nº 012 (30/12/2002) que se refere ao Código Ambiental do Município de Rondonópolis- MT (Art. 139 – na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.), o erro material produzido nesse processo não cancela o despacho final do Auto de Infração assinado pelo Secretário de Meio Ambiente, autoridade máxima deste setor, que também entendeu pela redução de multa e não pela sua anulação. O Presidente colocou em votação na reunião do CONSEMMA, o Parecer Técnico referente à nulidade ou minoração em 30% do valor de auto de infração do Sr. Edson Yashinori Harada, a mesma foi aprovada a minoração de 30% por todos os conselheiros presentes, sendo eles SEMMA, MPE, UFMT, ACIR, URAMB, OAB, CÂMARA MUNICIPAL, PMA E CLUBES DE SERVIÇOS. O MPE sugere uma criação de grupos para apresentar propostas para critérios objetivos de como fazer a redução de multas. O Presidente segue com a pauta da reunião solicitando a autorização do uso de recurso do FMMA para a obtenção de suprimentos técnicos administrativo, tais como: 6 computadores, 3 aparelhos de ar condicionado Split 18000 BTWS, 9 mesas e 9 cadeiras, os mesmos se faz necessário devido as obras de ampliação da pasta, também 05 (cinco) envelopamentos dos carros pertencentes ao patrimônio público para a identificação dos veículos lotados na secretaria e também a colocação de 16 placas (04x02 metros) de sensibilização/orientação ambiental na cidade. No entanto apenas a solicitação das 16 placas obteve o voto contrário do conselheiro representante do Clube de Serviços, Sr Antônio Stratis. As demais solicitações obtiveram 100% da aprovação dos conselheiros, tendo sido aprovadas. Mesmo diante do voto contrário, 90% de votação, a colocação das 16 placas de identificação foi deferida. Lindomar Alves expõe sua felicidade, pois as cargas de madeiras que haviam sido doadas estão tendo saídas e o dinheiro negociado esta sendo aplicado no FMMA. E anuncia que o Fundo do meio Ambiente esta quase chegando aos 500 mil reais. Dando sequência a reunião, Lindomar Alves concede a palavra ao Sr Marcos Antônio, Gerente de Núcleo de Fiscalização Ambiental, que esclarece sobre a área de APP que se encontra ao fundo da sede da SEMMA MUNICIPAL, o mesmo relata que é uma região bem rica em fauna e flora e a maioria das famílias que lá residem estão em área de APP. O MPE anuncia que dia 6 de Junho as 13h00min, será a audiência com as 116 famílias que residem em área de APP, para que as mesmas possam se retirar das Áreas de Preservação Permanente, onde se encontram em situação de risco. O Município esta analisando a possibilidade de viabilizar um local para onde essas famílias poderão ser locadas, analisando o perfil de cada família e se estão de acordo com a lei, que visa à contemplação da casa cedida pelo governo. Às 10 horas e 32 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a 56ª reunião ordinária do CONSEMMA.



Às 8 horas e 27 minutos, do dia 12 do mês de Junho de 2014, na sede da SEMMA MUNICIPAL deu-se início a 57ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presentes as seguintes instituições: SEMMA, UFMT, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, SINFRA, OAB, Polícia Militar Ambiental, Sanear e CLUBES DE SERVIÇOS. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente do CONSEMMA anuncia a todos os conselheiros sobre as revisões da caminhonete da PMA, que já está sendo tomadas todas as providências para ser realizado o pagamento das revisões, esclarece que os pneus ainda não foram trocados devido o pagamento ter que ser somente a vista, mas que já está bem encaminhado tais questões. Lindomar fala da parceria com o diretor da Mata Grande, que colocou três reeducando a disposição da SEMMA MUNICIPAL para estar fazendo o trabalho de construção da garagem, desde que tenham escolta e veículos para buscá-los no presídio. Lindomar diz já ter ido ao GASP e solicitado a escolta de tais reeducando, durante o trabalho a ser desenvolvido. O Presidente do CONSEMMA em parceria com o MPE e JUVAM, estão providenciando a compra de lixeiras e tambores para serem colocadas em todas as salas do anexo e presídio da Mata Grande, e também em todos os corredores dos pavilhões para a melhoria do sistema prisional. Lindomar Alves anunciou a todos que o Fundo de Meio Ambiente hoje possui um valor de 759 mil reais. O MPE trouxe a cópia do acordo com ALL que foi solicitado pelos conselheiros no processo, e que até pouco tempo atrás estava em segredo de justiça. O Presidente do CONSEMMA juntamente com o conselheiro representante do MPE Sr Marcelo Caetano, mostra a todos o mapa de proposta de Zoneamento Ambiental para o setor de extração de areia, com os locais indicados próximo ao Rio Jurigue e também da região da Paulista. O vereador Jailton diz ter recebido preocupações de dragueiros que estão fora do grupo de zoneamento. Lindomar fala da audiência no fórum onde foi fixado um prazo de 180 dias para os donos de dragas de areia possam sair do local em que se encontram, ou seja, do trecho entre a desembocadura do Ribeirão Arareau e MT- 270 na curva acima da Av. Lions Internacional, e em caso de não ser aprovado o zoneamento a tempo, as dragas não vão poder cumprir com compromisso firmado em juízo, acarretando em fechamento das mesmas e multa diária na casa de cerca de 5 mil reais e, etc. O vereador Jailton, esclarece que já foi nos locais indicados para os dragueiros, e que também buscou informações junto ao Promotor Dr. Marcelo afim de obter maiores esclarecimentos sobre tais assuntos, se orientar com pessoas que entende melhor sobre as dragas, e saber melhor sobre os danos ambientais causados pela atividade, dizendo que gostaria que houvesse um debate sobre o assunto na câmara antes de qualquer votação. O MPE informou que havia feito um encaminhamento ao Presidente da Câmara Municipal solicitando que os mesmos realizem uma audiência pública, chamando todos os conselheiros do CONSEMMA, ONG'S AMBIENTAIS, UFMT e especialistas com intenção de ouvir todos os pontos de vista ambiental. O Sr. Antonio Stratis, informou ter conhecimento do caso dragueiro, e disse que as pessoas devem agir pensando em melhoria para a nossa cidade e não em interesse pessoal, não tendo ele percebido da parte dos donos de dragas nenhum interesse em solucionar o problema da sida do local (remoção). O MPE expõe sua idéia de formar uma comissão técnica coordenada pela Profª Simioni, onde os mesmos iram estudar a questão dos dragueiros e apresentar um relatório apontando a melhor solução para o tal zoneamento. A conselheira representante da UFMT professora Simone Louverde, ressaltou que é necessário que se tenha parâmetros antes de qualquer decisão a serem tomadas pelo CONSEMMA. E que a comissão terá que ter ajuda de vários profissionais para ser realizado o estudo técnico, mas



ressalta que não é fácil receber ajuda de todos, pois os mesmo querem remuneração. A comissão terá como membros, UFMT, SANEAR e CLUBES DE SERVIÇOS representado pelo arquiteto e também conselheiro suplente Thiago Duarte. Dando seqüência a reunião a PMA informa ao Secretario Lindomar Alves, que por certo período o comando da PMA não poderá trabalhar em conjunto com a fiscalização da pasta, pois os mesmo estarão convocados para trabalhar na capital durante a copa. E sobre a caminhonete da PMA, Lindomar anuncia que esta honrando com todos os comprometimentos que foram assumidos junto ao JUVAM e MPE em relação às manutenções e seguro do veículo. O Presidente explica sobre o ofício de nº 120 da 2ª Companhia da PMA, que trata de orçamentos de empresas para investimentos na construção na sede da corporação, não prospera do ponto de vista da legalidade, vez que tanto a instituição quanto o dito espaço não pertence à Prefeitura Municipal de Rondonópolis, explicando que por mais que o Promotor Ambiental ou a Juiza da vara Ambiental determinasse, a SEMMA MUNICIPAL é fiscalizada pelo curador do patrimônio público e Tribunal de Contas de Mato Grosso, que observa e zela pelo cumprimento da lei federal 8.666 legalmente que trata das licitações e contratos públicos, com base no orçamento estabelecido. Dando seqüência a reunião, Lindomar comunicou aos presentes, que buscou informações com o promotor Marcelo sobre a contratação dos brigadistas, e o mesmo esclareceu ao secretário que não seria possível a contratação dos civis com os recursos do FMMA, e que isso seria ilegal. No entanto sabendo das dificuldades financeiras que o município vem enfrentando, Lindomar sugeriu ao prefeito a contratação dos brigadistas afim de reforçar o efetivo corpo de bombeiro, vez que o comando dos bombeiros entende que o Município tem que dar uma contrapartida, e que o Prefeito encaminhou para o legislativo o projeto de lei solicitando autorização para tal. O Presidente em razão de inúmeros pedidos, solicitou esclarecimentos do SANEAR sobre o andamento da elaboração do Plano de Saneamento e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Rondonópolis, frente ao prazo estabelecido pela Legislação Federal que versa sobre o tema e a implantação do Aterro Sanitário. Marcos Brumatti esclareceu a todos, ou seja, da criação de um grupo de trabalho e também da elaboração de um decreto feito pelo Prefeito indicando as entidades que irá fiscalizar a empresa licitada. Sobre o aterro sanitário Marcos anunciou que não tem nenhuma informação e que também não existe nenhuma ação sobre tais questões, o mesmo seria instalado após a criação do PGRS que está dentro de uma das vertentes do plano de saneamento, mas existe um plano de gerenciamento específico, diz que está na espera do Prefeito e que também está preocupado com essa situação, pois a partir do mês de Agosto passara ser um crime ambiental não destinar corretamente o lixo e quem irá responder vai ser o município, explica que na cidade de Santo André existia um aterro sanitário no qual foi fechado, e o município passou a contratar o serviço de aterro sanitário privado. Às 11 horas e 10 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a 57ª reunião ordinária do CONSEMA.



Às 8 horas e 12 minutos do dia 10 do mês de Julho de 2014, na sede da SEMMA MUNICIPAL deu-se início a 58ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presentes as seguintes instituições: SEMMA, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, Ong's ambientais (ARPA), URAMB, ACIR e CLUBES DE SERVIÇOS e convidados. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente do CONSEMMA informou sobre as obras que estão sendo realizadas sem interferência de licitação da Prefeitura, no qual foi feito uma conversão dos lotes de madeira em materiais de construção para estar fazendo a garagem da Sede da SEMMA, e também algumas mudanças, onde o horto produção de mudas (viveiro) passará a funcionar no antigo almoxarifado e, o almoxarifado irá para o espaço que estava sendo cedido para a rede socioambiental, devido tal espaço não estar sendo utilizado desde Janeiro de 2013. Lindomar parabeniza a iniciativa do Prefeito Percival Muniz e também os vereadores da câmara por ter votado a favor do projeto de lei que visa à contratação dos dez brigadistas, onde as inscrições para o processo seletivo será nos dias 10 e 11 de julho, com prova marcada para o dia 20 do mesmo mês. Parabeniza também os conselheiros, Profª Simoni Louverde e o suplente Thyago Duarte no qual já estão encaminhando os estudos sobre as questões de zoneamento do setor areeiro. O Presidente informa sobre um ofício que a SEMA ESTADUAL enviou cobrando a SEMMA MUNICIPAL o encaminhamento relativo às unidades de conservação existentes no município, Lindomar esclarece que a mais de dez anos é repassado o ICMS ecológico pela SEFAZ do Estado para o município de Rondonópolis e, de repente a SEMA MT, aponta uma normativa, exigindo vários documentos para poder dar base a continuidade do repasse financeiro, ou seja, de o município continuar a receber o ICMS ecológico. Lindomar encaminhou a resposta para o Governo de Estado, alegando que a Reserva Indígena Tadarimana é afeta a FUNAI, a RPPN João Basso é afeta ao Governo Federal (IBAMA e/ou Instituto Chico Mendes), Parque Estadual Dom Osório (afeto a SEMA ESTADUAL) e o Bosque Municipal Izabel Dias Goulart (afeto a SEMMA MUNICIPAL) e que por estar em território do Município e, já vir inserido no rol dos repasses que continuasse, e que as novas unidades de conservação, sejam elas Federal, Estadual e Municipal que sejam enquadradas em tal normativa, afim de evitar prejuízos financeiros ao Município e a pasta. O Presidente falou também do ofício de nº 533 do CREAS, que se trata de dar oportunidades para menores que tem problema com a justiça, esclarece que ira fazer esse trabalho de socialização com os mesmos dando serviços leves, mediante orientações tais como: encher saquinhos de terra para fazer muda, ensiná-los como se planta e etc. O Secretário e também Presidente do CONSEMMA informa a todos sobre a denúncia que foi feita no dia 26 de Junho, do canal próximo ao antigo TREVÃO e LOCATELLI, no qual está lançando efluentes de atividades econômicas nas margens da rodovia 163, onde todas as providências já estão sendo tomadas no sentido de identificar, notificar e buscar corrigir os problemas nos pontos de lançamentos. Lindomar Alves comunicou aos conselheiros que notificou a empresa Rota do Oeste Oderbrecht, onde ela informou que administra a faixa de domínio da rodovia federal BR – 163, sendo que eles iram cobrar de qualquer empresa que tem atividade econômica, o uso da faixa de domínio, inclusive quem lança ou pretende continuar lançando os seus efluentes líquidos, após o devido tratamento, no canal situado nesse trecho. Lindomar Alves esclareceu que diante de tal questão, as empresas interessadas em obter a Licença Ambiental junto a SEMMA MUNICIPAL para operar terá que ter uma autorização especial emitida pela empresa concessionária, para o lançamento dos seus efluentes. O



Presidente avisa que o prazo dos lava - jatos que não tiraram o licenciamento terminam no dia 02 de agosto, sendo que de tal data em diante não haverá mais a alegação da comoção social, de que não fora dado prazo e que o órgão ambiental é algoz dos referidos donos. Dando sequência à pauta da reunião, entrou em discussão as estratégias de prevenção e combate as queimadas urbanas e rurais, Lindomar agradeceu a presença dos representantes dos órgãos convidados (18º GAC, Corpo de Bombeiro, IBAMA, Defesa Civil), lamentou a ausência do pessoal da CODER e principalmente da SEMA ESTADUAL e, em seguida cedeu à palavra para ao Comandante do 3º Batalhão de Bombeiros Militar, Tenente Coronel Sr. Alcides Domingues de Oliveira que informou aos conselheiros presentes que todo ano conta com o apoio da Prefeitura com a contratação de 10 brigadistas, para estar trabalhando junto ao corpo de bombeiro combatendo o fogo em época de estiagem, informou ainda que foi contratado pela Defesa Civil do Estado, um caminhão pipa e mais dois auxiliares para somar no desenvolvimento do trabalho, mas deixa claro que esses contratados do estado irão trabalhar de segunda a sexta das 8 horas da manhã até às 18 da tarde, e os brigadistas contratados pelo município ira trabalhar no período de 24 horas. O Coronel explica que é dado um treinamento todo o ano para os brigadistas no qual recebem certificados e, todos que já passaram por treinamento e também por um processo de reciclagem, explicou que não é um trabalho fácil, e que exige muito preparo físico, saúde e disposição, pois ficam até duas horas seguidas no meio de fumaça com abafadores e etc. O Presidente do CONSEMMA expõe as dificuldades do município sobre as questões de terrenos baldios sujos, e questiona que é necessário fazer um trabalho de prevenção. Lindomar Alves demonstrou preocupação quanto a reserva Tadarimana, explicando que no ano de 2010 ocorreu uma queimada nela, onde foram convocados vários órgãos e maquinários para auxiliar no controle do fogo que na época a fumaça acabou prejudicando o ar de toda a zona urbana, que ficou irrespirável. O Secretario e Presidente do CONSEMMA, anunciou que se deve fazer todo um preparo para se prevenir as queimadas da zona urbana e também na reserva Tadarimana, e se caso aconteça, que o Corpo de Bombeiros possa contar com alguns órgãos de apoio e também ferramentas para o combate. O chefe da Defesa Civil, Sr. Erimar Francisco Bezerra, se disponibilizou a ajudar no trabalho de fiscalização e pede para o Coronel pedir de forma oficial quaisquer reivindicações que se for necessário para o desenvolvimento do trabalho do corpo de bombeiro. O representante do Grupo de Artilharia de Campanha, Sr. Tenente Leonardo relatou que todo ano pega fogo em uma área verde nos fundos do 18º GAC, e que o exército sempre trabalha para combater o fogo na região e coloca a disposição do Corpo de Bombeiro, quando devidamente autorizado pelo escalão superior, homens do Exército Brasileiro, equipamentos e o caminhão para auxilia-los. O Diretor Regional do IBAMMA Sr. Luis Carlos Pinheiro, comunica a todos que vai a Cuiabá conversar com o responsável pelo o PrévFogo, para ver a possibilidade de treinar brigadistas índios ainda esse ano com remuneração por um determinado período, acredita que fazendo esse treinamento com os índios eles poderiam se tornar fiscal da região, evitando quaisquer acontecimentos futuros. Dando sequência a reunião, o Presidente do CONSEMMA cedeu à palavra para a conselheira e representante da Câmara Técnica Proª Simoni Louverde na qual explanou sobre o trabalho da Câmara Técnica do CONSEMMA acerca da proposta de zoneamento ambiental para o setor de extração de areia, que está na Câmara Municipal de Rondonópolis, a mesma diz não ter conseguido avançar muito nos estudos, devido a problemas particulares. Simoni falou da necessidade de contratar uma empresa de fora para fazer/elaborar tal parecer, e em cima do parecer a Câmara Técnica faria esclarecimentos sobre tais questões, e relatou a possibilidade do CONSEMMA autorizar o uso de recurso do FMMA para a contratação da empresa, no entanto o Presidente do CONSEMMA pediu para que a mesma traga orçamentos para a realização de todos os trâmites necessários. A conselheira representante da Câmara Técnica fala da necessidade do acesso à Lei Complementar Municipal de nº 09 que o Poder Executivo encaminhou para a Câmara Municipal. A Câmara Técnica analisou todo o processo da

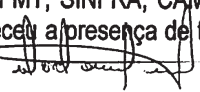


promotória, onde relatou que a mesma não sabia que já tinha sido estabelecido um inquérito civil, para solicitar alguns esclarecimentos do poder executivo via Secretário de Meio Ambiente, sobre quais foram os critérios usados para se chegar à proposta de zoneamento. Em cima de todas as avaliações a Professora Simoni juntamente com os demais representantes da Câmara Técnica, acredita que os mesmos não podem fazer um relatório e nem ir a uma audiência debater sobre a proposta que já está na Câmara Municipal, sem o parecer de alguns técnicos. O Vice- Presidente Paulo José acredita que o zoneamento próximo à região indígena não é o adequado e questiona que se não houver condições do recurso sair do FMMA, então que o Ministério Público Estadual financie o sustento desse estudo, acreditando na importância do mesmo antes de qualquer tomada de decisões. Lindomar esclarece que tramitar uma licitação não é fácil e leva tempo, explicando que a questão dos dragueiros tem um prazo estabelecido em processo judicial, onde havendo cumprimento de tal prazo - as dragas - serão embargadas/fechadas. O conselheiro Thyago Duarte falou de sua preocupação sobre a questão ambiental e urbanística, afirma que essa situação deve ser bem planejada para que não ocorra um problema ambiental e urbanístico a longo prazo na cidade. Relatou a importância de agir sem quaisquer interesses, seja ele político ou econômico e que antes de tudo se deva pensar na melhoria da cidade. O conselheiro representante do Ministério Público Estadual, questionou sobre o inquérito e diz que o objetivo do mesmo é, a verificação da regularidade, possibilidade e sustentabilidade da constituição da área indicada na planta demonstrativa do projeto anexo 1 definida a setor areeiro 1 para a atividade de extração de areia. Sobre o setor areeiro 2, o problema é a deslocamento das dragas, ou seja, a mudança para o mesmo, devendo eles fazerem PRAD's das áreas em que estão hoje e, encaminhar para SEMMA MUNICIPAL para análise, devendo ser eles submetido à aprovação em plenário pelo CONSEMMA. Além disso, a mudança para o outro local carecerá de um EIA/RIMA sinérgico com fins de diagnosticar os possíveis danos que as dragas juntas e próximas possam provocar tanto no leito de dragagem, APP, quanto no paiol de deposição a ser apresentado a SEMA ESTADUAL para fins de licenciamento ambiental. Além disso, ficou comprometido que a Câmara Técnica apresentaria proposta de orçamento para fins de contratação de empresa para elaborar parecer quanto a proposta de zoneamento para o dito setor, e que se fosse apresentada no espaço temporal antes da próxima reunião ordinária, deveria ser convocada reunião extraordinária em razão da importância do objeto. As 10 horas e 57 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos e todas, dando por encerrada a 58ª reunião ordinária do CONSEMMA.

Às 8 horas e 14 minutos do dia 07 do mês de Agosto de 2014, na sede da SEMMA MUNICIPAL deu-se início a 59ª reunião ordinária do CONSEMMA, estando presentes as seguintes instituições: SEMMA, Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, SANEAR, URAMB,UFMT, PMA e SINFR e convidados. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente do CONSEMMA anunciou a todos que os representantes da Câmara Técnica estão reunidos no dia de hoje para tratar assuntos do zoneamento ambiental para o setor de extração de areia, para que os mesmos possam apresentar o relatório na audiência que acontecerá na Câmara Municipal. Comunicou também a convocação dos 10 brigadistas que irão auxiliar o Corpo de Bombeiros no combate as queimadas e esclarece a importância que os brigadistas têm na época de estiagem. Lindomar Alves anunciou que os fiscais da pasta irão trabalhar interagindo com a Polícia Militar Ambiental na fiscalização da cavalcada, com o objetivo de combater e coibir os maus tratos a animais. O Presidente informa que no dia 25 de Julho, recebeu um ofício da PMA, no qual a Juíza Dr. Milene determinou a corporação da Polícia Ambiental recolher a caminhonete para o pátio da SEMMA para que seja encaminhada pela pasta a concessionária responsável, para que seja feito um laudo de avaliação técnica do veículo. O mesmo foi feito e já foi encaminhado para a justiça na qual a partir da avaliação do laudo - a justiça - irá decidir pela devolução ou não da caminhonete novamente para a corporação. A Capitã Nágila anuncia que esta constando no ofício encaminhado para o MPE, mau uso da caminhonete L 200, explicou que a PMA trabalha com a mesma durante 24 horas e é normal o desgaste, questionou a falta de mais viaturas para não sobrecarregar apenas um veículo. Anuncia a todos os conselheiros que durante seis meses trabalhando com a viatura a PMA arrecadou mais de 1 milhão em multas para o Estado e também várias pessoas encaminhadas para a delegacia por crimes ambientais. O Presidente do CONSEMMA reclamou da transferência de responsabilidade do Governo do estado para o Município, e acredita que o Estado deveria enviar pelo menos mais dois veículos para não forçar tanto a parte mecânica do motor da L200, e motos para que fosse colocadas na carroceria das caminhonetes, para que quando chegasse em locais onde a caminhonete não entrasse, usassem as motos para se chegar no local da ocorrência, principalmente em lugares afastados e no meio do mato, relatou que o Governo do Estado deveria cumprir com suas obrigações e dar condições de trabalho para que os seus próprios agentes públicos pudessem desenvolver melhor o seus trabalhos, como é o caso da Polícia Ambiental. Lindomar Alves comunicou que o prazo dos lava - jatos da cidade se adequarem, que era no dia 02 de Agosto de 2014 - acabou - e que somente alguns vieram até a SEMMA MUNICIPAL para tomar as devidas providências em relação a legalização do seus empreendimentos, ou seja, fazer o devido Licenciamento Ambiental, comunica que a SEMMA em conjunto com a PMA irá trabalhar rigorosamente com a questão das irregularidades dos lava-jatos. Lembrou a todos a questão dos resíduos sólidos, pois o prazo também já se esgotou e que até na data de hoje, não houve por parte de quem de direito uma manifestação para esclarecimentos de tais assuntos para a sociedade. O vereador Jailton anunciou que irá entrar com uma ação no Ministério Público Estadual com o objetivo de ter a resposta do SANEAR sobre a implantação do aterro sanitário, e lembra a todos que é ilegal jogar qualquer tipo de lixo no lixão da Mata Grande ou em qualquer área de APP a partir desse mês de Agosto. A capitã Nágila fala da normativa com a resolução de nº 237 no qual fala que toda a empresa que trabalha com qualquer tipo de resíduos sólidos devem ser licenciadas, a mesma falou da



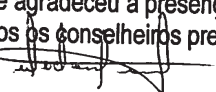
fiscalização da PMA em empresas de caçamba, relatando algumas dificuldades e comentou que os empresários falam que a empresa não precisa ser licenciada, pois a empresa só loca caçambas. A conselheira representante da PMA contesta a afirmação do empresário, pois explicou que ao retirar a caçamba do locatário a mesma se encontra cheia de entulhos. Lindomar esclareceu que esse problema, existe pela falta de plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Marco Brumatti conselheiro representante do SANEAR esclareceu que tudo esta dependendo do decreto do Prefeito Percival, no qual indicara as pessoas para formar os comitês de coordenação para elaboração do estudo do plano de saneamento ambiental e explicou que o SANEAR ainda não chegou a nenhum consenso sobre a destinação final dos resíduos sólidos. Lindomar Alves expos sua preocupação sobre a falta de planejamento dos donos de construtoras, que fazem as construções das casas do projeto minha casa minha vida e não se preocupam com a destinação dos efluentes produzidos pelos moradores, explicando que dias desses tanto o esgoto do residencial no bairro Bispo Pedro Casaldaliga quanto do bairro D. Osorio II estavam sendo lançado no córrego poroxo , respectivamente. Após os informes gerais o Presidente do Consemma iniciou a pauta da reunião com o pedido de autorização dos conselheiros, para a utilização de R\$ - 3.797,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais) do recurso do FMMA para contratação dos serviços de uma empresa especializada com fins de pescar o encanamento que caiu dentro do poço e ,promover a troca do sistema de sucção que é a bomba do poço. Ele explicou que tal situação, deixou a sede da SEMMA, Horto viveiro de mudas e Depósito de Madeiras apreendida por 03 (três) dias sem nenhuma gota d'água, em razão da urgência e necessidade, não houve outra alternativa a não ser a de realizar o serviço. O Presidente colocou em votação e o pedido obteve 100% dos votos presentes, sendo eles pelo: SANEAR, UFMT, SINFRA, CÂMARA,MPE,URAMB E PMA. AS 10 horas e 16 minutos o Presidente agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a 59ª reunião ordinária do CONSEMMA.



Às 8 horas e 23 minutos do dia 27 do mês de Agosto de 2014, no auditório do Ministério Público Estadual deu-se início a 1ª reunião extraordinária de 2014 do CONSEMMA, estando presentes as seguintes instituições: SEMMA, Ministério Público Estadual, SANEAR, URAMB, UFMT, OAB Clubes de Serviços, ONG Ambiental e o Professor Doutor Murilo Damato como convidado para possíveis esclarecimentos sobre o zoneamento ambiental para o setor de extração de areia. O Presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e passou à leitura da ata da reunião anterior, em seguida foi franqueada a palavra a quem quisesse suprimir ou acrescentar algo à ata, tendo sido aprovada. O Presidente do CONSEMMA informa a todos sobre o serviço que foi feito na sede da SEMMA, onde foi contratada uma empresa especializada para pescar o encanamento que caiu dentro do poço e promover a troca do sistema de sucção, esclarece que já foi feito o pagamento pelo serviço realizado. Informa também que os brigadistas já estão trabalhando junto ao Corpo de Bombeiros no combate as queimadas. Feito os informes gerais o Presidente lamenta a ausência dos vereadores convidados e passa a palavra para a Profª Simoni Loverde no qual a mesma apresenta a todos o Professor Drº Murilo Damato, professor da Universidade de São Paulo, especialista em acessorias e perícias ambientais. Explica que a câmara técnica vem sentindo que esta ocorrendo um equivoco, pois a sociedade ao todo esta entendendo que a câmara técnica com a ajuda do Profº Murilo e a câmara técnica esta fazendo (EIA), estudo de impacto ambiental, comunica que os mesmos fizeram sim um estudo a campo e algumas reuniões com pessoas diretamente envolvidas colhendo informações, para direcionar a necessidades dos estudos, explica que a câmara técnica não tem gabarito para desenvolver um estudo de impacto ambiental, até mesmo por falta de técnicos especialistas em várias áreas especificas. Explica que a proposta de ter trago o Professor Murilo é com objetivo de ele indicar algumas ações que se deve fazer para poder dar continuidade ao estudo, norteados a câmara técnica. Afirma que com base no relatório feito pelos técnicos é que a câmara técnica ira se pronunciar sugerindo a aprovação ou não do relatório. O Promotor Marcelo diz que a idéia da Audiência Pública era ouvir a sociedade ao todo e que certamente iria aparecer pessoas só com interesses pessoais e econômicos. O Promotor esclarece que é necessário ter a preocupação sócia econômica e também ambiental e os dois precisam ser compatibilizado, caso contrário devem permanecer por lei os interesses ambientais. Comunica que a Juíza pode aumentar o prazo para os dragueiros para maiores conhecimentos sobre tais questões e também não criar nenhum problema social ou até mesmo urbanístico ao longo do tempo. Antônio Stratis esclarece que a câmara técnica compareceu a audiência também como convidada e não para apresentar nenhum tipo de relatório técnico como o esperado pelos demais presentes. A palavra é concedida ao Prof Drº Murilo Damato, no qual o mesmo se disponibiliza a acessar o Ministério Público Estadual e a Câmara Técnica, esclarece que existem potencialidade de risco que são muito evidentes, mas também existem questões de riscos no qual não são tão evidentes por isso a necessidade de um estudo aprofundado com auxilio de profissionais de varias áreas para fazer um levantamento dos riscos associados de diversas localidades e a partir disso elaborar um relatório com detalhamento de estudo de vulnerabilidade que será o estudo que vai oferecer as condições de maior criticidade e menor criticidade em localidades. Diz que é necessário saber qual serão a relativa perda e danos causados para a sociedade pelo empreendimento, questiona que é importante a valoração ambiental, achando algumas formas de reparação de meio ambiente. Relata que é muito importante saber a relativização do meio físico, biológico e antropico. Afirma que suas afirmações são feitas tudo em cima de dados, pois



o mesmo relata que quanto maior informação, melhor será a segurança técnica e a agilidade de todos os trâmites processuais. O conselheiro SRº Antônio Stratis demonstra sua preocupação com o prazo dado pelo judiciário aos dragueiros, pois o estudo e todos os trâmites necessários leva tempo para ser realizado. Lindomar Alves sugere aos representantes da Câmara Técnica buscar informações junto aos responsáveis para ver a possibilidade de abrir um convênio via prefeitura municipal com uma determinada empresa no caso a (Egels incubadora), que possa gerenciar todo o serviço do estudo de vulnerabilidade, receber pelo serviço via convênio e a mesma prestará conta via OSCIP a prefeitura conforme toda as exigências. As 10 horas e 01 minuto o Presidente agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião, ficando acordado entre todos os conselheiros presentes que a 60ª reunião ordinária será no dia 18 de setembro de 2014.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Saúde Ocupacional e Perícia Médica - DESOPEM

**DECISÃO FINAL SOBRE PEDIDO DE LICENÇA, DE ACORDO COM O ARTS. 25 E 26
DO DECRETO N° 5.754, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2012.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

N°	MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO/MOTIVO
01	96539	Cristiane Ferreira de Souza Paulo	Docente	01 dia - no dia 22/09/2014 - Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família.
02	132772	Luciane Fátima Pescador	Docente	05 dias - a partir do dia 23/09/2014 - Licença Médica.
03	109762	Reuber Teles de Medeiros	Docente	14 dias - a partir do dia 23/09/2014 - Licença Médica.
04	169056	Cláudia Andrade Pereira Ribeiro	Auxiliar de Higienização	03 dias - a partir do dia 24/09/2014 - Licença Médica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

N°	MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO/MOTIVO
01	21911	Célia Maria de Aguiar Dias	Agente de Saúde	90 dias - a partir do dia 16/09/2014 - Licença Médica.
02	202665	Edilaine Soares de Souza	Agente de Saúde Ambiental	01 dia - no dia 22/09/2014 - Licença Médica.
03	137022	Maria Rosa de Lima Nogueira	Técnica de Enfermagem	07 dias - a partir do dia 22/09/2014 - Licença Médica.
04	207837	Rosimeire Cristina da Silva	Agente de Saúde Ambiental	01 dia - no dia 22/09/2014 - Licença Médica.
05	125601	Janeth de Oliveira Silva	Auxiliar de Copa	07 dias - a partir do dia 23/09/2014 - Licença Médica.
06	200310	Mario Sérgio Souza Rocha	Técnico de Enfermagem	01 dia - no dia 23/09/2014 - Licença Médica.
07	203190	Kamilla Bezerra Santos	Agente Comunitária de Saúde	120 dias - a partir do dia 24/09/2014 - Licença Maternidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Departamento de Saúde Ocupacional e Perícia Médica - DESOPEM

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS - CODER

Nº	MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO/MOTIVO
01	1214	Vitória de Sousa Fontes	Arco Ocupacional Administrativo	05 dias - a partir do dia 22/09/2014 - Licença Médica.
02	881	Marenilce Rodrigues Ramos	Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes	06 dias - a partir do dia 23/09/2014 - Licença Médica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nº	MAT.	NOME	FUNÇÃO	PERÍODO/MOTIVO
01	222224	Camilla Cruvinel de Oliveira	Estagiária	120 dias - a partir do dia 22/09/2014 - Licença Maternidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

Nº	MAT.	NOME	FUNÇÃO	PERÍODO/MOTIVO
01	123404	Elias Silva Rodrigues	Gerente de Núcleo	01 dia - no dia 23/09/2014 - Licença Médica.

Rondonópolis, 25 de setembro de 2014.

ALESSANDRA DE FREITAS

Gerente do Departamento de Saúde Ocupacional e Perícia Médica



Prefeitura do Município de Rondonópolis
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
Av. Dr. Paulino de Oliveira, 1411 - Jardim Marialva - CEP 78720-290
Fone (66) 3439-3400 C.N.P.J. 03.940.848/0001-99 Rondonópolis - MT

Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária

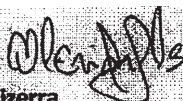
NIRE: 5130000180-2 – CNPJ: 03.940.848/0001-99

Convocação:

Ficam convocados os senhores acionistas da Coder – Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede social, sito à Avenida Dr. Paulino de Oliveira, nº 1.411 – Bairro Jardim Marialva, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, às **13:30 horas em 1ª convocação com quorum legal** e as **14:30 horas em 2ª convocação com qualquer número**, do dia: **03 de Outubro de 2.014**, em observância ao conseqüente 26, §2º do Estatuto Social, afim de deliberarem sobre a seguinte “ordem do dia”:

- 1) - Apreciar e deliberar acerca do(s) pretendente(s) a ocupar o Cargo de Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis;
- 2) Demais assuntos de interesse da Companhia.

Rondonópolis, 24 de Setembro de 2.014.


Edson José Bizerra
Presidente do Conselho de Administração

Em
Branco

Em
Branco